

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 107  
16 de Março de 1976

Preço: 4\$00  
Angola e Moçambique: 9\$50

NÚMERO ESPECIAL

Propriedade do Partido Comunista Português \* Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 \* Composição e Impressão - Heska Portuguesa \* Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

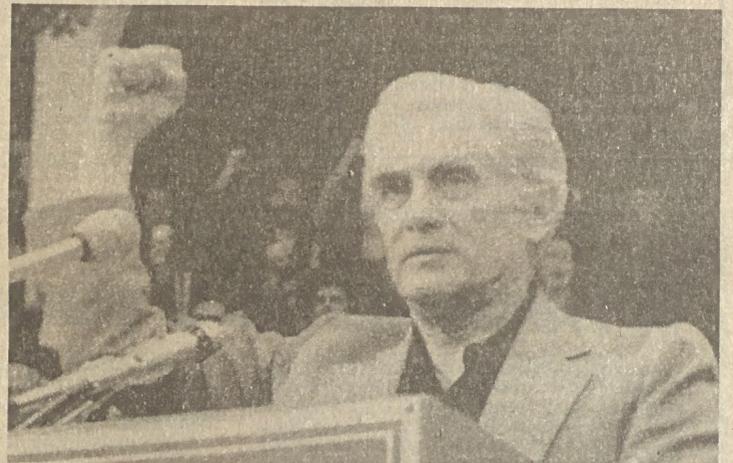
## COM O PCP PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA



O PCP vai às eleições com os trabalhadores, com todos os democratas por uma maioria de esquerda. Frente à alternativa da reacção e do regresso ao fascismo, o nosso Partido demonstrou através da determinação dos delegados à Conferência que a unidade de todas as forças democráticas é capaz de salvaguardar nas urnas as conquistas do 25 de Abril. Essa confiança é o resultado da perfeita compreensão da tarefa que teremos de cumprir como parte integrante dos esforços na defesa do processo democrático e como meta importante no caminho da sociedade socialista

### PROGRAMA ELEITORAL

Pág. 6



### PARA A FRENTE COM CONFIANÇA

“Ao propor ao povo português o seu Programa Eleitoral, o PCP indica quais são os objectivos da sua luta, quais são os objectivos que defenderá, tanto nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os lugares onde actuem os comunistas, como na Assembleia Legislativa e no Governo, em que o PCP participará depois das eleições se assim quiser o povo português.”

(Discurso do camarada Álvaro Cunhal nas págs. 2 e 3)



- Sérgio Vilarigues: Abertura da Conferência
- Octávio Pato: Independência nacional
- Carlos Costa: As opções da nossa economia
- Blanqui Teixeira: Sobre a discussão e as opiniões em relação ao projecto de documento
- Carlos Brito: Preparação do Partido para as eleições
- António Gervásio: A Reforma Agrária

(Págs. 8, 9, 10 e 11)

# DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

## Traços gerais da situação política

As eleições para a Assembleia Legislativa no quadro da Constituição da jovem democracia portuguesa foram anunciadas e estão a ser preparadas numa situação que se caracteriza por dois traços fundamentais:

Por um lado, a **ofensiva das forças reaccionárias** (representando o grande capital, os grandes agrários e o imperialismo estrangeiro) que procuram atacar em todas as frentes e **colocam na ordem do dia a reconquista do poder económico e do poder político**.

Por outro lado, a **firme resistência do povo, das forças democráticas, das Forças Armadas, no espírito do 25 de Abril**, dando resposta aos ataques da reacção, reconstruindo e reconstruindo uma sólida linha de defesa das conquistas da revolução e uma ampla frente social, política e militar em condições de fazer prosseguir o processo democrático.

Nos últimos meses de 1975, aproveitando as divisões, conflitos e confrontos verificados no MFA e no campo democrático e as alianças à direita então estabelecidas, os sectores reaccionários conquistaram importantes posições, obrigaram a uma mais acentuada viragem à direita em toda a política nacional, beneficiaram largamente da hegemonia PS-PPD no VI Governo Provisório e lançaram uma ofensiva geral de recuperação capitalista e reaccionária.

Ultimamente, embora num processo muito irregular, cheio de incidentes, incertezas e perigos, essa ofensiva geral afrouxou, foi contida em muitos pontos e as forças populares, democráticas, antifascistas retomam em muitos casos a iniciativa.

Não se deve subestimar de forma alguma o terreno ganho pela reacção e perdido pelas forças populares e da esquerda, as posições que a reacção reconquistou no aparelho do Estado e nos mecanismos da direcção económica, o controlo, invasão e quase monopolização dos meios estatizados de comunicação social, que são hoje e em parte um poderoso instrumento nas suas mãos, a libertação de mais de 1000 pides, as revisões de numerosas leis progressistas, as medidas económicas, financeiras e sociais que conseguiu impor contra os interesses dos trabalhadores e

contra a democratização da vida nacional.

Mas é também justo e necessário sublinhar que **conquistas essenciais da revolução, como as nacionalizações, o controlo operário, a reforma agrária, conquistas que a reacção, depois dos acontecimentos de Novembro, pensava poder liquidar em curto prazo, se mantêm no essencial, defendidas corajosa e firmemente pela classe operária, pelos trabalhadores dos campos, pelos militares, pela juventude, pelas massas populares, que comprovam dia a dia a força poderosa do povo organizado, unido e em luta.**

Um dos elementos mais característicos da situação nos últimos meses é o **reagrupamento das forças sociais e políticas.**

As alianças conjunturais de sectores do MFA e do campo democrático com a direita reaccionária, alianças surgidas em relação com a agudização dos conflitos internos no campo democrático estão em vias de desaparecimento. Passando ao ataque, a reacção da direita procurou ultrapassar, contestar e afastar do caminho os aliados da véspera. A linha de cooperação de certos sectores democráticos com a direita reaccionária existente no 25 de Novembro está a transformar-se numa linha de divisão e de fractura.

Isto significa que a **tendência no momento actual é de divisão à direita e de reagrupamento à esquerda, é no sentido do isolamento das forças da direita reaccionária e do reagrupamento das forças antifascistas, das forças populares, das forças da democracia e do progresso social.**

Tem a este respeito particular significado considerar como se colocam no momento presente duas questões: a primeira é a aliança entre os partidos e o MFA; a segunda é a evolução das relações entre os partidos políticos.

Quanto à primeira, a assinatura em 26 de Fevereiro último do Pacto constitucional entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos políticos constitui um acontecimento de extraordinária importância.

A reacção (tanto militar, como civil) julgava ter chegado o momento de liquidar o Movimento das Forças Armadas, de levar até ao fim o afastamento da vida política dos capitães do 25 de Abril e de

entregar de facto a direcção militar a uma nova hierarquia reaccionária, sob o pretexto de fazer regressar os militares aos quartéis, no quadro das instituições democráticas. O CDS, o PPD e a própria direcção do PS, usando os argumentos da soberania popular, desenvolveram intensos esforços nesse sentido.

A assinatura do Pacto mostra que a reacção e certos ambiciosos do poder se enganaram nos seus cálculos, que as Forças Armadas não são os fáceis trampolins que alguns políticos supunham e que o **espírito do 25 de Abril é ainda suficientemente forte nas Forças Armadas para fazer frente ao renascente espírito do 28 de Maio.**

Apesar de que o Pacto assinado não é inteiramente satisfatório, é da mais alta importância o facto de confirmar a institucionalização do Conselho da Revolução como órgão de soberania, confirmando também assim como se impunha, o papel dos militares do 25 de Abril na defesa e na construção da democracia portuguesa.

Não são as forças da democracia, mas as forças da reacção que estão interessadas em provocar conflitos, divisões e novas instabilidades nas Forças Armadas.

O PCP apoia todos os esforços para a aproximação e entendimento de todos os antifascistas e patriotas. Considera nocivos e perigosos os radicalismos e actividades divisionistas e aventureiristas pseudo-revolucionárias, que só podem servir os designios da reacção em provocar nova desestabilização da situação político-militar.

**O PCP apoia os esforços feitos no sentido de criar e manter a unidade e a disciplina das Forças Armadas no espírito e na determinação de defenderem a democracia e a independência nacional.**

Quanto à evolução das relações entre os partidos políticos, o facto mais significativo é o desenvolvimento da corrente unitária no movimento popular, e o aparecimento duma **ampla tendência de democratas, designadamente socialistas no sentido do rompimento da aliança com o PPD, com a reacção, e no sentido da aliança com a esquerda, da aliança com os comunistas.**

Ao referirmos esta tendência não temos naturalmente em vista os conflitos eleitoralistas entre as direcções do PS e do PPD que se guerreiam mais pela conquista de votos do que pelas diferenças programáticas. Os dirigentes do PS, embora digam não querer alianças com o PPD, insistem no seu anticomunismo primário, nos seus sistemáticos ataques caluniosos ao PCP e numa aliança de facto com o PPD incluindo ao nível governamental, quanto à política económica, financeira e social, à diplomacia e à descolonização.

Isso não impede porém o desenvolvimento da tendência unitária de organizações e militantes socialistas de que, cada dia que passa, temos novos exemplos e novos testemunhos em fábricas, empresas, localidades, regiões, na própria Assembleia Constituinte.

**O PCP considera da mais alta importância para a sorte da democracia portuguesa a aproximação, entendimento e acção comum das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas e saúda todos os socialistas que corajosamente tomam o caminho da unidade.**

Contra a acusação que nos é feita, não pretendemos estimular cisões no PS. Não pretendemos influir os socialistas contra o seu partido. Mas veríamos naturalmente como um acontecimento político de profundas repercussões positivas se as tendências de unidade à esquerda que se manifestam, que crescem, se viessem a tornar a política oficial do Partido Socialista.

A cooperação e unidade das forças populares e democráticas não se expressa apenas, nem fundamentalmente nas condições presentes, nas relações entre os partidos políticos. Expressa-se fundamentalmente nos locais de trabalho, nas lutas, acções e iniciativas de massas. A cooperação e a unidade que se estabeleceram ao nível das massas têm também reflexos nas tendências do corpo eleitoral. Mas, ao considerarmos as eleições e os seus eventuais resultados devemos ter em conta que só os partidos políticos podem apresentar candidatos e que portanto o que decidirá da composição da futura Assembleia Legislativa serão os votos que os partidos alcancem.

## Importância e consequências das próximas eleições

As próximas eleições para a Assembleia Legislativa são as primeiras que se realizam na aplicação da nova Constituição.

Consideramos que estas eleições revestem um aspecto negativo e um aspecto positivo.

O **aspecto negativo** respeita às condições antidemocráticas em que se vão realizar em vastas zonas do território, onde por não existirem liberdades, o CDS, PPD e seus comparsas, poderão enganar e coagir as populações e vir a apresentar ainda mais votos do que nas passadas eleições para a Assembleia Constituinte.

O **aspecto positivo** é a contribuição que as eleições poderão dar para consolidar as instituições e um regime democrático, no preciso momento em que a reacção redobra os esforços para impedir o prosseguimento do processo democrático, para impedir qualquer estabilização da situação, para agudizar conflitos, para fomentar um ambiente de desordem sempre atribuída aos comunistas dando argumentos aos que reclamam a suspensão das liberdades e direitos dos cidadãos e a instauração de um governo de força, de uma nova ditadura.

Se fossem adiadas as eleições para uma data muito afastada, não devem restar dúvidas de que a reacção, a partir das posições de que dispõe, aproveitaria o carácter provisório e fundado na legitimidade revolucionária dos órgãos do poder político-militar, para provocar uma nova e mais

profunda crise política, militar, económica e social, para provocar a instabilidade, o caos, um clima de violência e anarquia abrindo caminho a alterações radicais na composição dos órgãos do poder ou a um golpe de força.

**As eleições podem portanto desempenhar um papel positivo na defesa e no prosseguimento do curso democrático. Queremos uma nova constituição. Será posta em vigor. Todos os portugueses, quaisquer que sejam os cargos que desempenhem, são colocados perante a estrita obrigação de respeitá-la. O respeito pela Constituição pode tornar-se um ponto essencial da conduta política de amplos sectores, tanto civis como militares e um factor de unificação das forças da democracia e do progresso.**

Este é porém um aspecto. Outro aspecto é o resultado das eleições e das consequências desse resultado. Como se sabe, segundo a nova Constituição, cabe ao Presidente da República a escolha do 1.º Ministro.

As eleições para a presidência da República são um outro grave problema para a consolidação da democracia. E é por isso que a reacção, no quadro da sua conspiração e pressões de bastidores, tem desenvolvido uma intensa campanha (por vezes nos termos mais indignos) para precipitar, seja as eleições para a presidência, seja qualquer

substituição antecipada. As eleições para a presidência da República terão também de merecer a extrema atenção de todos os democratas. Mas, em relação ao resultado das eleições para a Assembleia Legislativa a escolha do 1.º Ministro e do Governo deve ter em conta o resultado das eleições além do mais porque o Governo necessita do apoio da maioria da Assembleia Legislativa.

**Por isso, para que as eleições se tornem um factor da consolidação da democracia é indispensável que a direita reaccionária não tenha maioria na futura Assembleia Legislativa, pois isso corresponderia à conquista do poder por via legal e constitucional e à instauração a curto prazo de uma nova ditadura.**

A nossa orientação em relação às eleições para a Assembleia Legislativa deve ter como preocupação central impedir uma maioria da direita reaccionária (PPD-CDS-PPM-PDC e outros) e fazer sair das eleições a possibilidade de uma maioria democrática, de uma maioria de esquerda.

Em alguns sectores democráticos, desanimados pelas dificuldades do processo revolucionário, pela ofensiva da reacção, pela política direita da direcção do PS, pela situação antidemocrática existente em grande parte do território, pela falta de perspectivas, têm aparecido ideias de **abstenção e**

**boicote** às eleições. Alguns radicalistas chegam a dizer que o PCP não deveria participar nelas.

É necessário alertar seriamente todas as forças e sectores democráticos para os perigos de posições abstencionistas. **A abstenção ou boicote às eleições por parte da esquerda deixaria campo completamente aberto à reacção e tornaria inevitável uma maioria parlamentar reaccionária e a constituição de um Governo abertamente reaccionário.**

Como se sabe o voto não é obrigatório. A reacção não pode coagir ninguém a ir votar e muito menos pode coagir os eleitores a votarem em tal ou tal partido. Se nas zonas dominadas pela reacção, o povo, não dispondo de liberdades, não tendo podido ser esclarecido, sem opinião formada, não tendo podido conhecer as opiniões e a propagação dos partidos de esquerda, se desinteressar do acto eleitoral será sem dúvida positivo. **Mas todas as forças e sectores antifascistas, democráticos, progressistas, em vez de desanimarem pelas ameaças e dificuldades, devem multiplicar os esforços para esclarecer o povo de forma a derrotar os partidos reaccionários e a tornar possível a formação de uma maioria democrática, de uma maioria de esquerda, indispensável para a formação de um governo de esquerda.**

## É necessário e possível derrotar a reacção

As forças reaccionárias usam todos os meios e recursos para tentarem liquidar a jovem democracia portuguesa, para instaurarem uma nova ditadura.

A contra-revolução utiliza a experiência internacional. Tem instrutores especializados nos quatro continentes. Usa tanto armas legais como ilegais. Associa actividades de partidos legais às provocações de grupos terroristas clandestinos. CDS e PPD de um lado e ELP e MDLP do outro são duas faces de uma mesma medalha.

Não devemos pois esquecer que a questão não se resolverá apenas com votos, que o perigo do fascismo é real, que a reacção procura não só tentar criar condições para alcançar uma maioria eleitoral (mesmo que pelos métodos menos democráticos), mas também avançar simultaneamente na conquista de posições-chave no aparelho do Estado e na preparação de um golpe de força. Por isso se deve estar vigilante para quaisquer tentativas de golpe. Por isso se deve desmascarar e fazer frente às tentativas de conquista sub-reptícia, silenciosa dos postos de decisão.

Não se pode menosprezar a importância que terá o resultado das eleições e por isso é necessário fazer

um extraordinário esforço para que todo o povo português tome consciência de que **uma eventual vitória eleitoral dos partidos de direita reaccionária (CDS, PPD, PPM, PDC) significaria a seguir a instauração de uma ditadura fascista.**

O PPD, o CDS, o PPM e o PDC ainda falam em "democracia". Mas toda a sua política e toda a sua actividade mostram que, se conseguissem conquistar o poder, alcançar a maioria no parlamento e formar governo seriam os coevos das liberdades.

Representantes dos interesses do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro, os partidos da reacção contestam e visam liquidar todas as conquistas da revolução. São contra as nacionalizações. São contra a reforma agrária, são contra a intervenção do Estado em empresas falidas. São contra o controlo operário. São contra os aumentos de salários e a diminuição dos lucros capitalistas. São no fim de contas contra tudo o que é democrático e progressivo.

O programa que o PPD, CDS e outros partidos reaccionários anunciam é completamente claro. Se alcançassem uma maioria na Assembleia Legislativa e pudessem constituir governo procurariam

irremediavelmente **liquidar todas as conquistas da revolução**, restituir os bancos e as empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado aos Meios, Champalimaud, Espiritos Santos e C.ª, restituir aos **sabotadores capitalistas** as empresas salvas pelo esforço dos trabalhadores e pelos dinheiros públicos, fazer desocupar as terras, expulsar mais de 100 000 trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores das cooperativas e herdades colectivas, impor baixos salários, aumento de preços, súbita e brutal intensificação da exploração dos trabalhadores. Isso significaria a liquidação das liberdades, o uso da repressão, significaria grandes e violentas acções militares, cercando, expulsando, prendendo, metralhando, mergulhando o país numa noite negra de terror e de sangue.

Este é o futuro que o CDS, o PPD e outros partidos reaccionários reservariam a Portugal caso conseguissem alcançar uma maioria nas eleições e formar governo.

**É contra esse perigo principal que se devem concentrar forças e energias. É se assim se fizer, a reacção perderá a batalha das eleições.**

Por isso utiliza agora sem qualquer reboço como cães de fila, grupelhos provocatórios como a AOC, o PCP(mi) e o MRPP, que declarando a sua aliança com o PPD e a direita reaccionária, atiram abaixo a máscara e revelam a quem servem e quem os paga. Por isso está lançando de forma orquestrada grandes campanhas provocatórias de intoxicação de opinião pública, como a balela dos 30 000 cubanos que estariam em Portugal para organizar guerrilhas, como a dos incitamentos à violência falsamente atribuídos ao camarada Vítor Louro, secretário de Estado da Agricultura, como as mentiras, as falsidades, as deturpações lançadas cada dia sistematicamente pela TV, pela Rádio, pela Imprensa, incluindo a estatizada, a pretexto do

"pluralismo" vai a caminho de ser um monopólio. A derrota da reacção não poderá ser alcançada apenas através do acto eleitoral. É necessário que a classe operária, as massas populares, todas as forças democráticas e progressistas constantemente a combatam. As autoridades, civis e militares, têm também de tomar as suas responsabilidades. É legítimo exigir que se façam respeitar a ordem democrática e a legalidade democrática. A mês e meio das eleições, as primeiras eleições para a Assembleia Legislativa do novo Portugal democrático, o PCP insiste em reclamar, como condições para que as eleições possam ser dignas deste nome:

**Primeiro: que seja assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional;**  
**Segundo: que sejam energeticamente combatidos com medidas policiais adequadas o terrorismo e todos os actos de violência;**  
**Terceiro: que se desmascarem prontamente as provocações e tentativas de conduzir a uma nova crise político-militar;**  
**Quarto: que as campanhas de calúnias e difamações sejam severamente punidas.**  
 Nós temos afirmado que não podemos reconhecer como livres e democráticos e contestamos desde já os resultados de pseudo-eleições realizadas em zonas onde não existem de facto as liberdades mais

elementares. Repetindo aqui esta afirmação, peço aos senhores jornalistas que não façam o que fez um seu colega publicando só a primeira parte da frase dita por um camarada meu e fazendo dizer aos comunistas que não respeitarão os resultados das eleições. Na preparação para as eleições não há tempo a perder. A batalha deve ser considerada com toda a importância que tem. Apesar dos factos desfavoráveis, o perigo duma vitória eleitoral da direita reaccionária pode ser afastado. Se os antifascistas, os democratas, todos os que querem que Portugal não volte ao passado fascista, concorrerem em massa às eleições, a reacção sofrerá uma derrota estrondosa.

## Por uma maioria da esquerda por um Governo da esquerda

Uma derrota da reacção, entendida como o fracasso da tentativa dos partidos da direita reaccionária (PPD, CDS, PPM, PDC e outros) alcançarem uma maioria, será muito importante, mas só por si não decide tudo.

O facto de esses partidos não alcançarem a maioria, não significa só por si que esteja assegurada uma maioria democrática, uma maioria de esquerda, na base da qual se possa formar governo.

Assim, se o primeiro grande objectivo da campanha eleitoral é derrotar nas eleições os partidos da direita reaccionária, o segundo objectivo é tornar possível uma maioria democrática na Assembleia Legislativa.

Os dirigentes do PS têm afirmado que vão ganhar as eleições e constituir sozinhos o governo. Trata-se de puro eleitoralismo, de pura acção psicológica, mesmo que procure fundamentar-se em sondagens fabricadas para o efeito e distribuídas aos jornalistas de mistura com vinho e pastéis para adoçar a boca.

Pode ter-se por absolutamente certo que nenhum partido só por si alcançará a maioria dos votos e a maioria dos lugares na Assembleia. O próprio PS poderá ter-se por completamente feliz se não baixar ou baixar pouco a votação que obteve nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Uma maioria na Assembleia Legislativa terá

pois de ser uma maioria de vários partidos e um governo, para ter o apoio da Assembleia, terá de ser um governo com a participação de vários partidos.

É por isso que adquire particular importância que sejam definidas claramente, antes das eleições, as alianças que o PS pretende fazer depois das eleições. Os eleitores que querem votar PS têm o direito de saber antecipadamente se estão a votar ou não para que amanhã o PS forme na Assembleia uma maioria com o PPD e um governo da direita com o PPD ou mesmo com o PPD e o CDS.

As crescentes polémicas entre o PPD e o PS e mesmo os graves conflitos a que ontem se assistiu na cidade do Porto são mais um combate de concorrentes aos mesmos votos e aos mesmos apoios externos do que insanável conflito resultante da incompatibilidade de objectivos.

Seria um logro monumental para todos os eleitores que votassem PS com o objectivo de impedir a vitória da direita reaccionária e afinal acabassem por ver que o seu voto era utilizado para formar governo com essa mesma direita.

A ambiguidade da posição dos dirigentes do PS quanto às futuras alianças, ligada política directista dos seus dirigentes, tornou portanto muitíssimo pouco seguros os votos da esquerda nos

socialistas. O homem ou mulher da esquerda que vote PS não sabe afinal se está a votar para a formação de um governo de esquerda ou para a formação de um governo de direita.

Dada a correlação de forças existente e dentro de todas as previsões possíveis dos resultados eleitorais é um facto que não oferece controvérsia que só uma maioria com o PCP e um governo com o PCP podem oferecer uma alternativa de esquerda a um governo de direita reaccionária (com ou sem o PS). Não há nenhuma outra combinação possível.

Nesta situação, a votação no PCP adquire um significado e uma importância excepcionais.

O reforço da posição do PCP, através de uma votação maciça nos seus candidatos, aparece como um factor decisivo para tornar possível uma maioria democrática, uma maioria de esquerda e um governo democrático, um governo da esquerda.

Uma grande votação e uma forte representação do PCP constituem condição para impedir ou dificultar uma aliança PS-PPD e criar as condições para a formação de uma maioria e de um governo das forças democráticas incluindo o PS e o PCP, além dos representantes das Forças Armadas, que não concorrem às eleições, mas devem estar de

pleno direito no governo.

A divisão de votos da esquerda só à direita pode aproveitar. Nas eleições para a Assembleia Constituinte cerca de 300 000 votos que, concentrados, poderiam ter levado à Assembleia de 15 a 20 deputados, não conseguiram eleger nenhum.

Nós, comunistas, veríamos com satisfação a eleição de outros deputados de partidos de esquerda. Mas na medida em que previsivelmente uma lista não possa atingir o número necessário para eleger um deputado, esses votos são votos perdidos e só podem favorecer a reacção.

O PCP aparece pois perante o eleitorado não apenas como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não apenas como o partido das transformações democráticas rumo ao socialismo, mas como o grande partido da esquerda, o partido da alternativa democrática, o partido cuja forte posição e representação na Assembleia é indispensável para assegurar uma maioria democrática e progressista e a formação de um governo correspondente.

A política defendida pelo PCP corresponde aos interesses vitais do povo e da Nação portuguesa, e as soluções defendidas pelo PCP dão base sólida para resolver os problemas que defronta a vida política, económica, social e cultural do nosso país.

## Programa eleitoral do PCP

As teses constantes do anteprojecto do programa eleitoral apresentado pelo Comité Central quando da convocatória da Conferência Nacional em 14 de Fevereiro, foram discutidas no Partido. Muitas centenas de emendas foram introduzidas como resultado de propostas feitas.

O projecto de Programa Eleitoral agora submetido à apreciação da Conferência é pois o resultado do trabalho colectivo do nosso Partido, da intervenção criadora dos militantes na elaboração da orientação partidária, e um testemunho da democracia interna e da unidade existente nas nossas fileiras.

Quando finalmente o aprovamos poderemos dizer: este é o Programa Eleitoral do Partido Comunista Português. É o Programa Eleitoral de todo o Partido e de cada um dos seus militantes.

O PCP apresenta-se perante o povo português como o partido da liberdade e da democracia, o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, o Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o Partido da democratização da instrução e da cultura, o Partido da independência nacional.

Nenhum outro Partido pode legitimamente e com verdade apresentar-se com estes títulos que são também um programa.

O PCP é o Partido da liberdade e da democracia porque, como nenhum outro, provou a sua abnegação na luta contra a ditadura fascista e pela conquista das liberdades, luta paga com dedicações, milênios de prisão, vidas ceifadas na tortura ou pela metralha.

Porque defende a construção de um regime onde existam as mais amplas liberdades: de Imprensa, de associação, de constituição e actividade dos partidos políticos, de reunião, de manifestação, assim como a liberdade sindical e o direito à greve. Porque defende consequentemente a liberdade religiosa e de culto, o respeito pelas crenças e ideias. Porque defende a democratização de toda a vida nacional tanto política

como económica e social. Porque condena a desordem e a anarquia e luta para que seja respeitada e feita respeitar a ordem democrática.

O PCP é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, porque essa é a sua natureza de classe em que se baseia a sua própria existência, em que colhe forças a sua actividade, em que se inspiram os seus objectivos. Porque defende firme e infatigavelmente os interesses dos trabalhadores da cidade, dos campos, das minas e do mar. Porque defende a elevação dos salários reais, a melhoria das condições de trabalho e de vida, a melhoria dos benefícios sociais, das pensões e reformas por invalidez e por velhice. Porque defende o princípio do salário igual a trabalho igual, a contratação colectiva e a liquidação do desemprego. Porque defende os interesses da juventude, da mulher trabalhadora, dos emigrantes.

O PCP é o partido da reforma agrária e dos pequenos e médios agricultores, porque luta infatigavelmente pela liquidação completa dos latifúndios, entregando a terra a quem a trabalha. Porque luta pelo reconhecimento de todas as novas unidades colectivas de produção e pelo apoio e ajuda de que necessitam. Porque luta em defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, em cuja terra se não deve tocar nem com um dedo e cujas justas reclamações, no que respeita a créditos, impostos, preços, escoamento de produtos devem ser urgentemente satisfeitos. Porque luta pela aplicação da lei do arrendamento rural, pela extinção imediata dos foros e do regime de colónia e pela restituição dos baldios às populações que deles foram privadas. Porque luta pela solução urgente dos problemas das populações rurais (estradas, electrificação, abastecimento de águas, assistência médica, etc.) que gerações e gerações de caciques (ricos proprietários que vivem da exploração dos camponeses e que hoje se querem apresentar como defensores dos pequenos), nunca se mostraram interessados em resolver.

O PCP é o partido de uma nova economia rumo ao socialismo porque luta pela liquidação definitiva do poder dos grupos monopolistas. Porque luta pela defesa das grandes conquistas da revolução que são as nacionalizações, o controlo operário, a gestão pelos trabalhadores de numerosas empresas arruinadas, defraudadas e abandonadas pelos capitalistas e que os trabalhadores salvaram do encerramento. Porque embora entendendo ser de manter a iniciativa privada em amplos sectores, defende para a economia portuguesa uma nova dinâmica assente no esforço criador e entusiástico dos trabalhadores apenas possível na perspectiva do socialismo, da liquidação da exploração do homem pelo homem, luminoso objectivo das classes trabalhadoras.

O PCP é o partido da democratização, da instrução e da cultura porque defende o amplo acesso à educação dos filhos dos trabalhadores, a extinção do analfabetismo e do obscurantismo, o melhoramento qualitativo do ensino, porque defende o desenvolvimento da cultura nacional, a criação de condições para a investigação científica, a liberdade de criação artística e a promoção da literatura e da arte.

O PCP é o partido da independência nacional porque luta infatigavelmente pela libertação de Portugal da submissão ao imperialismo, pela defesa da soberania e da integridade territorial. Porque defendendo a autonomia dos Açores e da Madeira, se opõe resolutamente ao separatismo fomentado pelo imperialismo norte-americano e apoiado pelo CDS e PPD, separatismo que significaria a desintegração do território nacional. Porque defende uma política de paz e amizade com todos os povos, com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo, sem prejuízo das boas relações com os países capitalistas incluindo os Estados Unidos e os do Mercado Comum. Porque na continuidade da sua orientação e das suas relações de amizade com os partidos revolucionários que dirigem a luta

libertadora: a FRELIMO, o MPLA, o PAIGC, defende o desenvolvimento de fraternais e estreitas relações de amizade e cooperação de Portugal com os novos Estados livres e independentes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe.

Porque o PCP nem serve interesses do imperialismo nem cede às suas pressões nem coopera nas suas agressões e defendeu o reconhecimento do Governo da RPA no primeiro momento da sua existência e não apenas depois de muitas dezenas de países, incluindo aqueles que pressionavam Portugal, o terem feito.

O 25 de Abril, que foi em si, um corajoso acto de independência nacional, criou também uma situação nova em que a independência portuguesa se manifestou vigorosamente nas transformações democráticas revolucionárias decididas pelos portugueses resistindo e repelindo pressões externas.

É por isso, com indignação, que o povo português recebe as ameaças, as chantagens, as ingerências nas questões internas portuguesas, por parte de potências estrangeiras conduzidas pela mão dos partidos políticos que entretanto participam no Governo.

A chamada "Cimeira Socialista" que ontem e hoje se realizou no Porto e na qual participam vários chefes de governo de países capitalistas constitui uma tentativa de pressão descarada, arrogante e de mau-gosto sobre a opinião pública portuguesa em vésperas das eleições, para favorecer a votação num determinado partido.

Contra as ingerências e pressões imperialistas, o PCP defende que o Povo Português tem pleno direito de decidir só por si, em completa independência as suas questões internas, e rejeita firmemente as ingerências externas na política portuguesa e as pressões e manobras do imperialismo para influir nos resultados eleitorais.

## Para a frente com confiança

As batalhas que nos esperam até às eleições e nas eleições serão duras batalhas.

Há porém motivos para ter confiança.

É nitida uma deslocação para a esquerda de amplos sectores da população. Notam-se claros sinais de desconfiança e reserva para com partidos reaccionários por parte de sectores que ainda há pouco lhes estavam submetidos.

A classe operária, na indústria, os trabalhadores rurais dão cada dia novas provas de combatividade na defesa dos seus direitos, das liberdades, das conquistas da revolução.

As provocações da CAP têm tido as respostas adequadas. Depois do escândalo de Coruche, em que os grandes agrários, em bando de salteadores conseguiram que fosse selado o CRRA, os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo deram ontem, dia 13, a resposta adequada em defesa da reforma agrária.

A classe trabalhadora é um gigante que quando se move como classe tem uma força invencível.

O vigor das acções das massas populares, a extensão de movimentos e lutas as mais diversas, mostram que o povo está frontalmente contra a

reacção, contra os partidos dos grandes capitalistas e dos grandes agrários.

Entretanto ligado à classe operária e às massas populares, o PCP tem condições reais para obter uma grande votação nas próximas eleições. Quanto mais forte for a votação no PCP, mais possível se tornará uma maioria da esquerda e um governo da esquerda. Uma grande votação no PCP será uma votação na unidade antifascista e democrática.

A reacção e todas as forças conservadoras têm plena noção de que a melhor garantia do prosseguimento do processo democrático é uma grande votação no PCP e a eleição de um forte grupo parlamentar do PCP.

Por isso temos de contar na campanha eleitoral, com os mais furibundos ataques, as mais sórdidas provocações contra o nosso Partido.

Os militantes devem estar preparados para isso e não se perturbarem perante os obstáculos que nos lançarão no caminho os inimigos do progresso social que entram em pânico perante a grandeza serena e confiante do Partido dos trabalhadores, do Partido da liberdade, do Partido do futuro.

Aparecerão, apoiados e ajudados, dispondo talvez de cerca de seis vezes do tempo de antena na TV e na Rádio do que disporá o PCP, e para atacar o PCP, grupos esquerdistas e provocatórios pseudo-revolucionários, usando insignias semelhantes às do nosso Partido para causarem confusões, intitulando-se comunistas para associarem com o seu exemplo, a palavra comunistas a uma imagem repugnante, para afectarem a influência do Partido, para desorientarem e empurrarem para a direita o eleitorado.

Aparecerão golpes baixos, intrigas, cabalas, calúnias e escândalos. Aparecerá talvez (se é verdade o que alguns jornais anunciam) o segundo relatório sobre o 25 de Novembro para atacar o PCP e amedrontar o eleitorado. Aparecerá lama atirada contra os comunistas, aparecerão provocações e ameaças, porque a reacção recorre às mentiras e às invenções, recorre a tudo para combater um partido que não tem medo da realidade, porque a realidade confirma o que diz e o que faz, um partido que em toda a sua política e em toda a sua acção ganhou

legitimamente o título de Partido da verdade.

A política do PCP é uma política clara e transparente como cristal.

Somos fiéis às nossas palavras e nunca poupamos e não pouparemos energias nem sacrifícios para cumprirmos as nossas promessas, para defendermos as causas e realizarmos as tarefas que perante o nosso povo, nosso juiz, nos propusemos defender e realizar.

Apesar de tudo, o povo português e o seu Programa Eleitoral, que aprovaremos nesta nossa Conferência, o PCP indica quais são os objectivos da sua luta, quais são os objectivos que defenderá, tanto nas fábricas, nos campos, em todos os locais de trabalho, em todos os lugares onde actuem os comunistas, como na Assembleia Legislativa e no Governo, em que o PCP participará depois das eleições se assim quiser o povo português.

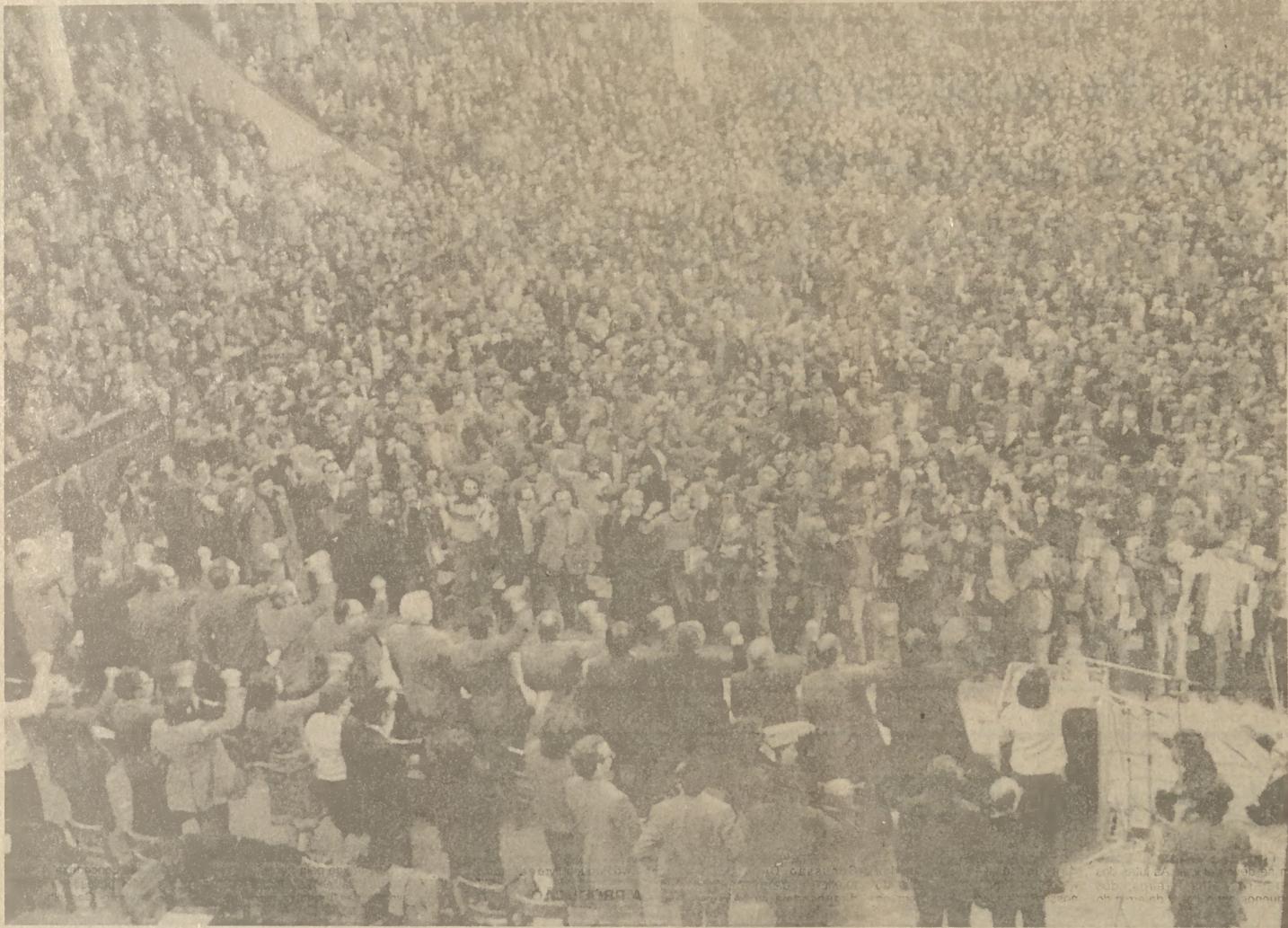
Viva Portugal Democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade das forças democráticas e progressistas!

Viva o Partido Comunista Português!

# UNIDADE DE PENSAMENTO E ACÇÃO

**Prova do reforço e da vitalidade do Partido Comunista Português, a Conferência Nacional que se realizou no Pavilhão dos Desportos veio confirmar a unidade de pensamento e acção dos comunistas para a criação de uma ampla frente de esquerda destinada a barrar a investida das forças reaccionárias e a construir uma verdadeira democracia rumo ao Socialismo**



Com a presença de mil delegados e milhares de convidados, que enchem o recinto do Pavilhão dos Desportos, realizou-se ontem a Conferência Nacional do Partido Comunista Português, concretizando assim a convocação expressa na reunião do Comité Central do PCP em 14 de Fevereiro último.

Foi portanto naquela reunião de trabalho, durante a qual numerosos oradores, representando as mais diferenciadas organizações do Partido, expuseram à assistência os mais diversos problemas que se colocam às massas trabalhadoras, que foram decididas as linhas de orientação, nomeadamente no que se refere à campanha eleitoral a realizar, quais as propostas concretas de solução para os problemas que afligem o Povo português e afixam a Revolução portuguesa, qual a perspectiva de vida e de futuro que o partido do proletariado aponta às massas trabalhadoras e a toda a população.

No recinto do Pavilhão dos Desportos, local onde, em 1974, se realizou o primeiro comício do Partido Comunista Português e onde meses mais tarde decorreram os trabalhos do Congresso Extraordinário do PCP, estavam presentes delegações de todos os pontos do País desde o Minho aos Açores. A decoração sobria da sala nem por isso deixava de apontar as opções fundamentais para a defesa da Revolução que em Abril de 1974 desabrochou no nosso País. Cobrindo os gradeamentos das galerias viam-se as seguintes inscrições: *independência nacional, controlo operário, socialismo, nacionalizações, reforma agrária, liberdade*. No enorme pano vermelho logo atrás da mesa onde estava presente todo o Comité Central do Partido Comunista Português e que tapava um dos topos do recinto destacava-se, em grandes letras, juntamente com o símbolo da foice e do martelo, a seguinte palavra de ordem: *Com o PCP para uma maioria de esquerda*.

Devido ao esforço dedicado dos militantes que logo a partir das seis horas da manhã não se pouparam em preparar a sala para os trabalhos e que contou igualmente com o apoio dos trabalhadores dos serviços municipalizados da Câmara de Lisboa, facto que o camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central não deixou de frisar durante a sua intervenção, os trabalhos da Conferência Nacional puderam começar à hora inicialmente prevista, muito embora antes das dez horas da manhã já fosse grande a afluência ao Parque Eduardo VII por parte dos delegados e convidados.

## UMA LINHA CORRECTA

Depois do camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, que presidiu à sessão da manhã, ter anunciado a

abertura da Conferência Nacional, saudando os delegados presentes, usou da palavra o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. Os respectivos discursos assim como as restantes intervenções dos camaradas do Comité Central são publicadas noutra local.

No prosseguimento das intervenções, que se prolongaram por toda a manhã e durante algumas horas da tarde, falou a seguir o camarada Carlos Brito, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP. Seguiu-se-lhe na tribuna o camarada Mário Araújo, da Comissão Distrital do PCP de Viana do Castelo que depois de saudar o Comité Central e o Partido, "que ao longo destes meses em que o processo revolucionário avançou no meio de tantos escolhos e perigos, que ameaçaram comprometer-lo várias vezes, completamente, soube sempre, no momento oportuno, assegurar uma direcção segura e uma linha correcta", salientou "a grande unidade interna do Partido, condição indispensável para que a luta da classe operária seja um êxito" e para se atingir "a unidade das massas populares, imprescindível para se erguer uma sólida barreira contra os perigos do regresso do fascismo".

Recordando a ofensiva reaccionária iniciada no último Verão no seu distrito com a qual se visava suprimir as liberdades democráticas, qual se traduziu por assaltos terroristas, incêndios, atentados bombásticos e perseguições afirmou que "neste momento encaramos a campanha eleitoral como uma grande batalha pela reconquista das liberdades". Manifestando a sua confiança no reforço do Partido apesar de toda a campanha da reacção e que o PCP, no seu distrito "aparecerá como alternativa de esquerda e o mais firme garante das liberdades", pois como frisou encontrará apoio crescente entre as massas populares do Norte do País, o camarada Mário Araújo, operário dos estaleiros navais de Viana e candidato a deputado, afirmou ao terminar, expressando assim o sentir de muita gente do Norte: "Apesar da manipulação dos caciques reaccionários e da actuação obscurantista dos partidos fascizantes PPD e CDS, o Povo saberá cada vez mais distinguir qual é o partido da verdade."

## VITALIDADE DO PCP

Começando por frisar que a realização da Conferência Nacional era mais uma prova da vitalidade do Partido Comunista Português, usou a seguir da palavra o camarada Lino José, membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP referindo o peso do sector agrícola que se faz sentir naquela região. Sobre este assunto e referindo-se aos camponeses assinalou: "A reacção procura fazer-lhes crer que existe uma contradição entre os trabalhadores consumidores da cidade e os trabalhadores produtores dos campos. O

objectivo da reacção é esconder dos camponeses os seus verdadeiros inimigos, os grandes intermediários, os senhores da terra e os partidos que os representam: CDS e PPD, este com fortes posições no Governo. Desmascarar estas mentiras, mostrar aos pequenos e médios agricultores quem de facto os explora e quem os defende e fomentar a sólida aliança entre eles e os operários, muitas vezes também com um pouco de terra para cultivar, é a melhor forma de ajudar ao seu esclarecimento. A atestá-lo estão as experiências dos ferozes de Condeixa e dos rendeiros de Montemor-o-Velho, aqueles organizados no MEF, estes na sua Liga de Pequenos e Médios Agricultores, apesar de todas as ameaças dos senhores da terra, que vão desde o tribunal à pistola em punho.

Ao apontar para a unidade da luta dos trabalhadores, cuja apreensão é cada vez, maior perante a viragem à direita acompanhada de medidas anti-operárias, referiu a luta vitoriosa na empresa têxtil Mondarel onde num bloco os trabalhadores se opuseram às tentativas sinistras das forças do capital e dos seus lácaos.

Afirmou igualmente a necessidade de "que o Partido Socialista, em lugar de persistir na sua campanha anticomunista, se defina pela aliança com as forças da paz e do progresso, entre as quais e à cabeça está o nosso Partido, o que de forma alguma tem sido conseguido em Coimbra, ao nível da direcção distrital", salientando contudo o imperativo do combate ao sectarismo o que poderá "conquistar para a nossa trincheira muitos trabalhadores socialistas em desacordo com a direcção do PS."

Transmitindo as saudações dos comunistas da Sacor, da Sonap e da Cidia usou da palavra o camarada Américo Carvalho, representante do organismo do partido na primeira daquelas empresas.

Abordando as nacionalizações onde segundo afirmou "as forças empenhadas na exploração da classe operária e de todos os trabalhadores tinham por todos os meios recuperar a seu favor as nacionalizações", o orador referiu-se concretamente aos entres que foram postos à fusão das quatro empresas que constituem a recém-criada Petrogal. A esse propósito o camarada Américo Carvalho indicou, entre outros, o modo deturpado como alguns órgãos de Informação noticiaram a luta dos trabalhadores da Petrogal. Mas, como afirmou:

"Isso não impediu que os trabalhadores reforçassem a sua unidade e levassem avante a sua luta que veio a resultar na aprovação do Decreto e dos Estatutos da empresa pública de petróleos na reunião do Conselho de Ministros de antes de ontem". Considerando uma vitória importante mas não suficiente o orador frisou a necessidade do controlo operário, "indispensável

para que a Petrogal sirva os objectivos para que foi criada — uma empresa ao serviço da economia do País e do nosso Povo."

## A REFORMA AGRÁRIA

Em nome da célula da Lishave do PCP falou a seguir o camarada João Firmino Cardoso, que analisou a situação actual na indústria de construção e reparação naval apontando todas as anomalias que se fazem sentir, nomeadamente falta de planificação, coordenação e controlo do sector, bem como o entrave deliberado à concretização das encomendas resultantes dos acordos de cooperação económica com os países socialistas, que no caso da Setenave diz respeito a uma encomenda da Polónia assegurando trabalho para mais de dois anos. E acrescentou:

"É perante esta situação que a comissão coordenadora das

comissões de trabalhadores da indústria naval tem vindo a reivindicar a institucionalização de um departamento da Indústria Naval, assim como todo o apoio das entidades governamentais responsáveis para o seu funcionamento efectivo de forma a pôr em prática a planificação e o controlo do sector pelos trabalhadores."

"Hoje, como ontem, a situação no distrito de Beja é grave" — salientou o camarada Manuel do Rosário Moita, operário agrícola da Herdade Colectiva "A Esquerda Vencerá", de Pias e candidato a deputado pelo distrito que falou logo a seguir ao camarada Oclávio Paço, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP.

A intervenção deste trabalhador alentejano foi, juntamente com os camaradas de Viseu e da Têxtil Manuel Gonçalves as duas aplaudidas pela assistência.

Salientando as deficiências que o povo trabalhador alentejano sofre — falta de água, habitações deficientes, privados de luz e só

Beja tem o privilégio de possuir energia de alta tensão o que exclui a instalação de qualquer indústria no distrito, um ensino deficiente no distrito onde cerca de 40 por cento é analfabeto percentagem esta que chega a subir para 60 por cento nos meios rurais e uma assistência médica quase inexistente — o orador não deixou de focar, na sua voz forte e decidida, a Reforma Agrária, afirmando:

"Na verdade a Reforma Agrária, uma das mais importantes conquistas do processo revolucionário, exige, pela sua importância a mobilização de todos os trabalhadores para a sua defesa e avanço."

E mais adiante: "Com o avanço da Reforma Agrária no nosso distrito o desemprego deixou praticamente de existir e a produção aumentado em relação os anos anteriores. Os cereais requisitados em 1974 e 1975 comprovam-no: assim, enquanto em 1974 se requisitaram 10 495 433 quilos de

trigo, em 1975 foram requisitados 12 470 180. Enquanto se requisitaram em 1974 cerca de 3 148 100 quilos de outros cereais, em 1975 requisitaram-se cerca de 4 126 190 quilos."

## O EXEMPLO DE VISEU

Em representação da Comissão Distrital de Viseu do PCP falou depois o camarada José Guerra que fez o balanço da actividade da reacção no distrito, actividade essa que contou com a cobertura dos partidos reaccionários CDS e PPD. Exemplificando a falta de liberdades que se fazem sentir naquela região acrescentou:

"O caso de Viseu é o exemplo do que será Portugal se estes partidos vencerem as eleições."

Terminou com um apelo para as organizações do Partido no sentido de ajudarem à obtenção de uma vitória contra as forças reaccionárias naqueles locais.

Membro da célula do PCP na CUF falou a seguir o camarada Eduardo José Guerreiro que, na sua qualidade de trabalhador químico, analisou detalhadamente o sector de produção adubeira, existindo em Portugal cinco empresas das quais quatro estão nacionalizadas e uma — a Sapec — é uma multinacional. Também aqui, como referiu, vastas têm sido as manobras da reacção impedindo alterações nas estruturas de molde a serem satisfeitas com vantagens as necessidades do País e recordou que os trabalhadores não estavam dispostos a que os latifundiários gozassem dos mesmos privilégios na obtenção dos adubos que são concedidos às cooperativas agrícolas e aos pequenos e médios agricultores, situação essa que está a ser mantida com a complacência do Ministério que superintende nesses assuntos.

Por último e antes do intervalo que encerrou os trabalhos da parte da manhã usaram ainda da palavra o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP e o camarada Silvestrina, membro da célula da Têxtil Manuel Gonçalves as duas representando as empresas recuperadas pelo grande capital.

Fazendo a história do que foi a actividade do patronato, apoiado numa minoria de lácaos que não hesitaram em utilizar todos os meios para fazerem valer os seus intuítos, a camarada Silvestrina recordou que os patrões recuperaram a empresa, mas não recuperaram os trabalhadores, e que hoje são já largas centenas os trabalhadores que são apelidados de comunistas por não concordarem com o que se passou e prestarem a sua solidariedade para com os 17 empregados suspensos ilegalmente e contra a determinação do Governo.

Depois de salientar que nos plenários mais recentes os reaccionários tiveram de utilizar a força para fazerem valer as suas posições, elogiou a posição do núcleo do Partido Socialista em Famalicão que se opôs à recuperação da empresa pelos patrões. Frisou igualmente que o caso Manuel Gonçalves é hoje o exemplo para a luta de muitos milhares de trabalhadores do Norte que começam a ver claro, prova de que a campanha anticomunista falhou, e lutam já contra qualquer tentativa por parte dos patrões em

regressarem ao regime de exploração.

## RESISTIR EM BRAGA

Após um intervalo para o almoço, retomaram-se os trabalhos da Conferência, orientados pelo camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido. Logo no início, o camarada propôs aos delegados e convidados uma homenagem à memória de dois destacados militantes do nosso Partido recentemente falecidos: Augusto da Costa Dias e Hierónimo de Carvalho. De punho erguido os milhares de presentes guardaram um minuto de silêncio.

Após a camarada Georgete Ferreira, do Comité Central do PCP, ter usado da palavra em nome da Direcção da Organização Regional de Lisboa, interveio nos trabalhos a camarada Maria Teresa Lopes, da Comissão Distrital de Braga do nosso Partido.

Analisando as actividades terroristas e contra-revolucionárias no distrito de Braga, a camarada Teresa Lopes afirmou, a determinado passo da sua intervenção: "Em Agosto de 75, com a destruição do Centro de Trabalho e toda a série de violências daí decorrentes, a reacção apostou que os comunistas não voltariam a ter casa na cidade de Braga, espalhou aos quatro ventos que os comunistas não usariam manifestar-se novamente. Os sete meses seguintes não foram, de facto, fáceis, para a Organização do nosso Partido. Mas resistimos e em muitas lutas eles tiveram de sentir a acção dos militantes comunistas."

Interrompida pela assistência, que clamava "Força, Força, Norte e a Revolução será mais Forte", a camarada Teresa Lopes prosseguiu: "No passado dia 7, os comunistas de Braga tiveram a grande alegria de se reunirem novamente no Centro de Trabalho. Nestes dias muitos têm sido os camaradas até aqui desligados que reapareceram para se porem à disposição do Partido. Muitas também as caras novas que chegaram ao Centro de Trabalho para se ligarem a nós. Muitos os trabalhadores sem partido que se mostram felizes pelo facto de novamente estarmos instalados em Braga."

Mais adiante, a camarada representante da organização de Braga referiu os últimos atentados à liberdade praticados por quadras de cadastrados, que se passavam com armas de guerra e fazem a segurança do CDS. Agradecendo aos comunistas quando estes desenvolvem a actividade de propaganda, perante a indiferença das autoridades, estes bandos procuram instaurar em Braga a ditadura do ELP e do MDLP.

Mas, conforme acentuou a camarada Teresa Lopes, estas acções estão desligadas da população do distrito. Inumerando várias e importantes lutas de trabalhadores conduzidas pelos comunistas, a camarada Teresa Lopes pôs em relevo a implantação do nosso Partido nas empresas da região, nomeadamente no sector têxtil.

**OS INTELLECTUAIS ANTIFASCISTAS**

O camarada António Borges Coelho, da célula dos professores comunistas, usou em seguida da





palavra em representação do sector intelectual do nosso Partido, debruçando-se sobretudo na questão da defesa das liberdades, a instrução e a cultura.

Saliendo que "não é por oportunismo eleitoral que o PCP se declara o Partido das Liberdades e da Democracia", o camarada Borges Coelho evocou o nome de dois saudosos camaradas caídos em defesa desses princípios e que são hoje um símbolo da luta do nosso Partido, da luta do nosso Povo: Sotero Pereira Gomes e José Dias Coelho.

"Os intelectuais comunistas — prosseguiu — estão hoje na primeira linha da defesa das liberdades, que não se podem desligar das grandes conquistas do povo trabalhador — nacionalizações, controlo operário, reforma agrária — basta olhar e ver o furor com que a reacção os saneia do aparelho de Estado e dos órgãos de comunicação social".

O camarada Borges Coelho, mais adiante, afirmou: "Assistimos de novo hoje ao reagrupamento das forças capitalistas, acompanhado pelo assalto aos órgãos de informação e o bombardeamento maciço do nosso povo com mentiras e ataques descarados às conquistas dos trabalhadores".

Faço ao avanço das forças da reacção, o camarada Borges

Coelho apelou "a todos os intelectuais antifascistas para a formação de uma larga frente de combate contra o obscurantismo reaccionário e o renascer da besta fascista e pelos generosos ideais do socialismo".

Acentuando que o nosso Partido "nunca obrigou a morte os intelectuais comunistas", Borges Coelho referiu que "o PCP apenas pede aos intelectuais que partilhem a vida do povo, que aprendam com as suas lutas". E acrescentou, quase a finalizar a sua intervenção:

"Só com a libertação das cadeias capitalistas a cultura correrá como o pão de boca em boca".

**COM CONFIANÇA E TEIMOSIA**

Francisco Marques Cardoso, pequeno camponês de Condeixa e candidato do nosso Partido por Coimbra às próximas eleições, foi o orador seguinte, que começou por destacar as grandes lutas dos agricultores "apesar da grande implantação que a reacção tem nos campos das Beiras e Norte." Apontando como exemplos as lutas dos foreiros pela extinção dos foros e a luta dos camponeses de Vagos, Francisco Cardoso salientou, a propósito desta última, que ela congregou trabalhadores do PC e do PS, mas também do PPD e do CDS que não hesitaram

em empreender um combate sem tréguas contra as manobras do ministro Magalhães Mota.

"No dia a dia, na luta contra os capitalistas e intermediários — acentuou ainda Francisco Cardoso — vamos ganhando consciência de qual é a trincheira em que cada um se deve colocar. As lutas dos rendeiros, dos foreiros, dos pequenos agricultores de arroz do Mondego, dos pequenos produtores de batata, apontam-nos qual o caminho a seguir e temos de o percorrer com confiança, com serenidade, mas também com teimosia".

"Não são fáceis as condições em que lutam os comunistas, mas não viemos aqui para lamentações. Existem dificuldades, mas os comunistas são capazes de as vencer", acrescentou Francisco Cardoso.

O camarada Manuel Pereira Marques falou em seguida em nome da Comissão Distrital de Leiria do nosso Partido. Na sua intervenção analisou as actividades reaccionárias no distrito, nomeadamente em Leiria, Gândara dos Olivais, Figueiró dos Vinhos, Alcobaça, Vestiaria, Bombarral, Batalha, Porto de Mós e Ansião.

Referindo-se a estas localidades, o camarada Manuel Marques afirmou que elas "foram palco de assaltos e incêndios em centros de trabalho do nosso Partido, ao mesmo tempo que os

comunistas eram agredidos, perseguidos e ameaçados, a fazer lembrar os dias negros do fascismo. Desde então para cá, a instauração de poderes locais reaccionários tem impedido a restauração e a reabertura dos centros de trabalho e o exercício das liberdades, apesar dos esforços das organizações do nosso Partido, sendo de referir, no entanto, as perspectivas de reabertura dos centros de trabalho de Bombarral e Alcobaça, a muito breve prazo. Em Leiria, capital do distrito, onde as forças reaccionárias e fascistas do CDS, PPD e MRPP actuam com violência perante a passividade das autoridades e em alguns casos com o seu total apoio, o nosso partido continua sem centros de trabalho, mas apesar disso, a organização tem aumentado,

Central do nosso Partido que falou em nome da Direcção da Organização Regional do Alentejo.

**A REACÇÃO NO ALGARVE**

No decorrer da sua intervenção, o camarada Carlos Durão, da Comissão Distrital de Faro, referiu-se à ofensiva que a reacção desencadeia no Algarve, em especial junto dos pequenos e médios agricultores. Reportando-se à situação económica e social naquele distrito, afirmou o camarada Carlos Durão:

"No plano económico e social os problemas são graves. O desemprego atinge alguns dos principais sectores da actividade económica do Distrito. Na construção civil, na indústria hoteleira e noutros sectores,

Emilia Costa afirmou, a determinado passo que, "no difícil percurso da revolução democrática e nacional, ameaçado pelas forças reaccionárias e conservadoras, cabe à mulher portuguesa uma grande responsabilidade na construção do novo Portugal livre e democrático".

**A PRODUÇÃO EM PORTALEGRE**

Em representação da Comissão Distrital de Portalegre, interveio o camarada Filipe Jorge Neves que afirmou: "O principal ramo económico, neste distrito, é a agricultura. Dos assalariados rurais, que são 23 mil, 15 mil trabalham já nas 42 unidades colectivas ou em grupos de produção que se estão organizando para a criação de novas unidades. Dos 300 mil hectares de terras expropriáveis no distrito, 270 mil estão já sob o controlo dos operários agrícolas. Onde a terra foi ocupada, o desemprego não existe ou é praticamente inexistente. Onde antes havia terras completamente abandonadas ou destinadas a coutadas, foram semeados muitos e muitos hectares de terra".

Depois de ter apresentado o caso de Cujanças como exemplo de determinação revolucionária dos trabalhadores, o camarada Filipe Jorge apontou a consolidação da Reforma Agrária para a resolução do problema do desemprego.

O camarada Henrique Florentino, da Comissão Executiva da União da Juventude Comunista, interveio seguidamente, apontando a necessidade de transformar a UJC "de destacamento aguerido que já é, no verdadeiro exército político da juventude, multiplicando três e quatro vezes os nossos efectivos, os nossos quadros, as nossas iniciativas".

Henrique Florentino afirmou ainda: "Teremos de conseguir unir e organizar melhor, em torno dos comunistas, toda a juventude, todos os jovens honestos que amem a vida, amem as liberdades, e que conosco queiram lutar pelos seus interesses de classe, a defesa das conquistas até agora alcançadas".

Após o camarada António Tenente da Silva, da célula da Oitava do nosso Partido, se ter referido à necessidade de actuar firmemente contra a reacção ao anticomunismo, falou o camarada Teresa Maria Silva Almada, da Comissão Concelhia do Funchal e candidata do nosso partido.

"A reacção, com o apoio do imperialismo, tem utilizado o separatismo por um lado como forma de pressão sobre o nosso processo revolucionário e por outro, na tentativa de manter os seus privilégios de classe, de impedir que os trabalhadores do arquipélago beneficiem das conquistas da revolução e que ali se estabeleça a ordem democrática".

No final da sua intervenção, a camarada Teresa Almada ofereceu ao Comité Central do nosso Partido uma tela bordada representando a camarada Catarina Eufémia, obra das operárias da Cooperativa de Bordados da Ribeira Brava.

O camarada Aurélio Santos, membro violento do Comité Central, abordou, em seguida, a frente da Informação e Propaganda.

O camarada Custódio Manuel da Luz, operário da construção civil e membro da Comissão Concelhia de Oeiras, referiu-se às lutas dos trabalhadores da construção civil, afirmando: "O sector da con-

strução civil, apesar de todas as dificuldades que lhe foram e são levantadas pelo boicote do grande capital e pela fuga dos industriais do ramo, está na vanguarda da luta pela emancipação da classe trabalhadora, enfrentando corajosamente todas as dificuldades que lhes têm surgido pela frente".

Na sua intervenção, citou a necessidade das urgentes medidas de nacionalização dos solos, de uma política de habitação nacional em benefício dos trabalhadores, de apoio financeiro às pequenas e médias empresas, de controlo dos materiais de construção.

**A JUVENTUDE E A REVOLUÇÃO**

Após um breve intervalo, os trabalhos foram retomados, desta vez orientados pelo camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. Seguiu-se a intervenção do camarada Américo Leal, membro do CC, que falou em nome da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

Inteveio em seguida o camarada João Luís dos Reis, da Comissão Central da UEC que, a determinado passo, afirmou: "Ouremos referir, com grande alegria, o papel extremamente positivo para a educação revolucionária dos estudantes comunistas da experiência da luta e da acção comum com os nossos camaradas jovens trabalhadores comunistas. O reforço desta estreita colaboração e amizade combativa terá consequências que perdurarão muito para além das eleições, mas temos a certeza de que os seus frutos se farão sentir na própria campanha eleitoral".

A intervenção do camarada Albino Teixeira, agricultor de Fafe e candidato do nosso partido pelo círculo de Braga, feita de improviso, foi recebida com muito calor pelos milhares de presentes. Numa intervenção muito curta, o camarada Albino Teixeira apelou para a unidade combativa de todos os trabalhadores.

O camarada Jorge Matias, da Comissão Distrital da Guarda, debruçou-se sobre as actividades terroristas naquele distrito e falou a necessidade de os comunistas, em todas as frentes, incluindo a eleitoral, desenvolverem uma luta pelas liberdades ameaçadas. Na sua intervenção, o camarada Jorge Matias apontou as movimentações populares do distrito, com especial referência para as que se verificam nos agricultores rendeiros.

Em nome da Comissão Distrital de Santarém, usou da palavra o camarada Eugénio Baeta, que se referiu às actividades reaccionárias centradas em torno da CAP e salientou que "a unidade das forças de esquerda é o único caminho para travar o passo ao fascismo".

A camarada que representava a Comissão Distrital de Vila Real focou as actividades reaccionárias naquele distrito, a coberto do PPD e CDS, tendo salientado a necessidade da unidade das forças progressistas. Saliendo que a reacção evolva os sentimentos religiosos de população a camarada de Vila Real afirmou: "Nós, os comunistas, não distinguimos entre católicos e não-católicos, mas sim entre exploradores e explorados".

**OS EMIGRANTES**

A Reforma Agrária e as grandes carências das populações do distrito foram os temas centrais da intervenção do camarada António Murteira, da Comissão Distrital de Évora.

Apelando para a solidariedade de todos os trabalhadores, nomeadamente dos jovens, o camarada António Murteira acentuou que a Reforma Agrária consolidar-se-á. "Os trabalhadores de Évora afirmam que defenderão a Reforma Agrária e se os trabalhadores o dizem, fá-lo-ão com certeza".

José António, pescador e membro da Comissão Concelhia de Peniche do nosso Partido, analisou, seguidamente, as lutas dos pescadores, que declarou estarem integradas na luta mais geral do povo português rumo ao socialismo.

O camarada João Pessoa, da Comissão Distrital de Castelo Branco, criticou a política serventária do capital praticada pelo PS e PPD, apontando-as como responsáveis pelo abstencionismo que se está a manifestar junto de camadas da população do distrito. Em nome da Comissão Distrital de Bragança, usou da palavra o camarada Luís Amaro, que denunciou as actividades reaccionárias naquela região. No decorrer da sua intervenção, o camarada Luís Amaro acentuou que os comunistas de Bragança dirão "não ao capitalismo, não à miséria, não à exploração".

O camarada Francisco Pinheiro, candidato do Partido pelo círculo da emigração, apontou as tarefas que cabem aos trabalhadores comunistas emigrados e referiu a solidariedade internacionalista dentro do espírito do internacionalismo proletário que os partidos comunistas têm prestado aos emigrantes portugueses.

António Ribeiro, rendeiro do Norte, denunciou a actividade da chamada "confederação dos agricultores de Portugal", afirmando que esta tem os seus dias contados, tal como aquilo que definiu como "a social-democracia rumo ao fascismo".

**APROVAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL**

Após ter usado da palavra o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, que referiu todo o trabalho preparatório desta Conferência Nacional do PCP, e salientou as tarefas que se colocam aos comunistas no futuro, o camarada António Borge, ex-chefe de redacção do Tejeloral e saneado da RTP após os acontecimentos do 25 de Novembro, candidato a deputado por Lisboa às próximas eleições, leu o projecto final do Programa Eleitoral do nosso Partido.

O camarada Joaquim Gomes pôs, em seguida, o programa à votação dos mil delegados comunistas presentes à Conferência. Um mar de cartões vermelhos logo seguido de uma grande ovacão demonstraram a aprovação, por unanimidade e aclamação, do documento proposto à votação. Mas demonstraram igualmente a unidade de pensamento e acção dos comunistas portugueses, a determinação e confiança no futuro do processo revolucionário.

A encerrar a Conferência Nacional do nosso Partido, usou da palavra o nosso camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido da Liberdade e da Democracia, do Partido dos Trabalhadores, do Partido da Reforma Agrária e dos Pequenos e Médios Agricultores, rumo ao Socialismo, do Partido da Democratização da Instrução e Cultura, do Partido da Independência Nacional, do glorioso Partido Comunista Português.

**A IMPRENSA ESTRANGEIRA NA CONFERÊNCIA DO PCP**

A realização da Conferência Nacional do nosso Partido suscitou grande interesse a nível internacional, o que dá a ideia da grande projecção do nosso Partido. Nomeadamente a imprensa do campo socialista estava largamente representada.

Notámos a presença da imprensa da República Democrática Alemã, da Agência de Imprensa da RDA, da Rádio Berlim

RDA, da Televisão soviética, da Agência Tass, da Agência Novosti, do "Pravda", do "Izvestia", da Agência de Imprensa Búlgara, do órgão central do PCF "L'Humanité", do órgão central do PC da RDA, "Neues Deutschland", do PAP (Agência de Imprensa polaca) da Televisão Suíça, do jornal "Paese Sera", da Prensa Latina, e das agências Associated Press, France Press e Reuter.

assim como a influência do Partido junto das massas".

"Os conceitos de autonomia e independência têm sido utilizados pelas classes possidentes, e visam fundamentalmente a defesa dos seus interesses. Se o processo avança e esses interesses correm sérios riscos, é a ameaça de separatismo que visa pressionar o aparelho de Estado no sentido de impedir um recuo às medidas revolucionárias; se o processo é mais lento e as forças reaccionárias começam a ganhar posições, é na autonomia de cunho paternalista que se escondam. Mas o povo que vive nos Açores começa a compreender qual a "autonomia" e a "liberdade" demagogicamente defendidas pelo PPD e CDS, partidos onde se acolhem os separatistas, e cujos objectivos são fundamentalmente os de criar uma situação idêntica à anterior ao 25 de Abril" — afirmou, no decorrer da sua intervenção, o camarada Paulo Ferreira Lima, da Comissão Distrital de Ponta Delgada e candidato a deputado por aquele círculo.

Noutro passo da sua intervenção, Paulo Lima acentuou: "O PCP sempre lutou pela construção duma sociedade mais justa e, mesmo nas mais duras condições, foi o grande defensor da Liberdade e da Democracia. É assim que nos Açores a em todas as zonas onde a reacção actual impune, o PCP irá bater-se fundamentalmente pelo restabelecimento das liberdades democráticas, pelo direito dos trabalhadores poderem organizar-se livremente na defesa dos seus interesses, pela unidade de todas as forças progressistas interessadas na luta contra o fascismo e o separatismo".

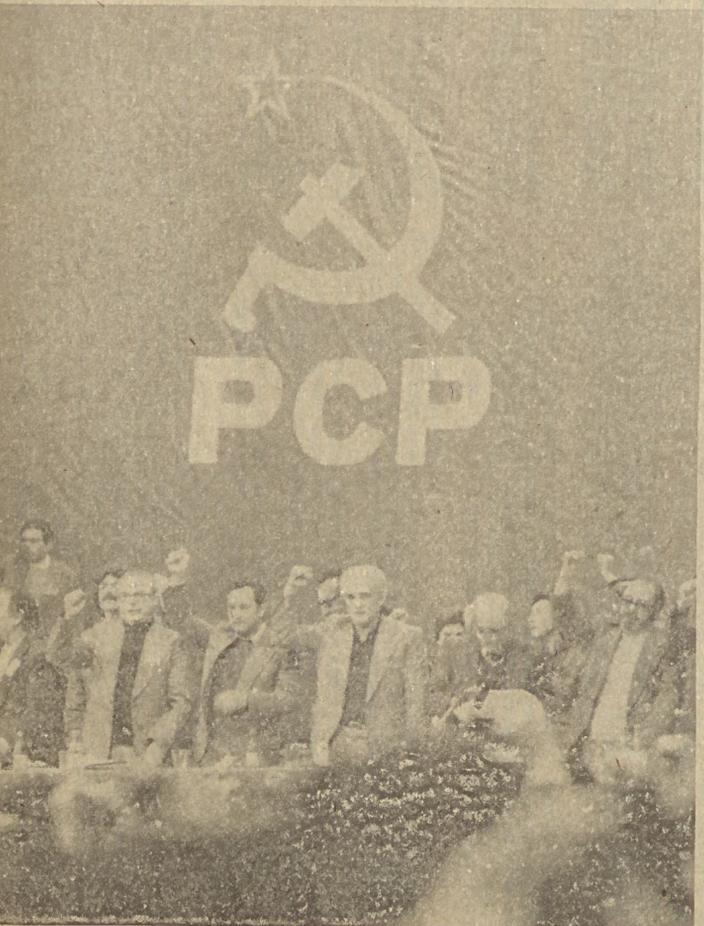
Seguiu-se, no uso da palavra, o camarada António Gervásio, da Comissão Política do Comité

conta-se oficialmente por 11 000 o número de desempregados, dos quais só 2000 recebem subsídios de desemprego. Junta-se aos desempregados, ainda que na maioria dos casos em situação privilegiada, os 10 000 retornados que vivem actualmente no distrito. É ainda a continuação dos despedimentos colectivos e a falência de empresas importantes perante a passividade e a inoperância dos gabinetes e das autoridades. Em vários outros sectores, para além das pescas e da indústria conserveira, existe e aumenta o subemprego. Nestes e noutros sectores é cada vez mais nítida a investida do patronato reaccionário. Permitem-se já fazer despedimentos sem justa causa e ameaçar os trabalhadores. Actuam no sentido da recuperação capitalista das empresas com intervenção do Estado ou sob gestão dos trabalhadores denunciam unilateralmente os CCT, tentam fazer pagar pelos trabalhadores a crise que em muitos casos, eles próprios provocaram".

E, mais adiante: "Em presença desta situação, a população laboriosa do Algarve reclama medidas que não são tomadas". A terminar, o camarada Carlos Durão apontou as preocupações fundamentais em torno das quais o Partido inicia no Algarve a campanha eleitoral: manter a organização e estruturação do partido, adaptando-a e voltando-a para a batalha eleitoral e tendo em vista o seu reforço; melhorar significativamente os resultados do Partido, contribuindo para melhorar o PCP como o grande Partido da Esquerda".

A oradora seguinte foi a camarada Maria Emilia Costa, da Azambuja, que é candidata pelo círculo de Lisboa às próximas eleições.

Na sua intervenção, a camarada





# COM O PCP

# PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA

**A**PROXIMAM-SE as eleições para a Assembleia legislativa. Do seu resultado dependerá, em larga medida, o futuro de Portugal.

Todos os portugueses e portuguesas que querem viver em liberdade devem assegurar com o seu voto a formação de um governo que, pela sua composição e a sua política, **trazua a aliança Povo-MFA, a unidade das forças democráticas e das Forças Armadas** e responda às aspirações do povo português.

É necessário infligir uma derrota severa aos partidos da direita reaccionária, pois uma maioria CDS-PPD na Assembleia, significaria a instauração a um curto prazo de uma nova ditadura fascista.

É necessário que das eleições saia uma maioria de esquerda e um governo de esquerda. Uma tal maioria e um tal governo só são possíveis com o Partido Comunista Português.

**Uma grande votação no PCP é condição indispensável para defender e garantir as liberdades e as outras conquistas da revolução, para assegurar o prosseguimento do processo democrático.**

O voto no PCP é o voto seguro e certo, porque o PCP é o partido da liberdade e da democracia, o partido dos trabalhadores, o partido da reforma agrária e dos pequenos e médios agricultores, o partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o partido da democratização da instrução e da cultura, o partido da independência nacional.

**O PCP é o Partido da verdade e da esperança.**

**Votar no PCP é votar no futuro democrático de Portugal.**

**PCP**

**O PARTIDO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA**

**A** revolução iniciada no 25 de Abril pôs fim à longa repressão fascista, desmantelou as peças essenciais da ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários, associados ao imperialismo estrangeiro. Amplas liberdades foram conquistadas e exercidas pela nossa povo. As massas populares passaram a ter uma participação democrática na vida política e social. As liberdades e a democracia começaram a ser institucionalizadas em Portugal, encontrando consagração no texto da Constituição.

**A** reacção, expressão política dos interesses do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro, quer hoje liquidar as liberdades. Instaurou já em vastas zonas um poder local reaccionário, em que os caciques submetem as populações. Provoca violências e desordens. Continua a vaga terrorista, particularmente contra o PCP e sindicatos.

Os partidos da direita reaccionária (CDS, PPD, PDC, PPM) mostram não querer as liberdades e a democracia, mas sim a instauração de uma nova ditadura. As provocações e a violência são apenas o prelúdio de uma ofensiva contra as liberdades e a democracia. Os

assistência médica eficaz, a melhoria das pensões e reformas por invalidez e velhice e a participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência.

O PCP defende o princípio de **salário igual a trabalho igual**, a contratação colectiva, a obrigatoriedade do cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a liquidação do desemprego pela criação de novos postos de trabalho e uma economia planificada.

O PCP defende os direitos da **juventude trabalhadora**, luta contra discriminações salariais e profissionais, pela preparação e promoção dos jovens trabalhadores, contra o prolongamento da aprendizagem, contra o desemprego juvenil pré-militar e pós-militar, pelo pleno acesso à instrução e à cultura, pelo desporto de massas.

O PCP defende a igualdade da **mulher** perante a lei, a cessação das discriminações que sofre no trabalho, na formação e promoção profissionais e na remuneração, a garantia de assistência e de férias de gravidez e de parto, o estabelecimento de uma rede de creches e jardins de infância, bem como de outras estruturas e condições sociais que facilitem a vida das mulheres trabalhadoras e das donas de casa.

O PCP defende os justos interesses dos **quadros técnicos, do funcionalismo, dos militares**. Aos primeiros cabe uma muito importante contribuição para o desenvolvimento de uma nova economia. O funcionalismo, integrando-se no processo de consolidação da democracia rumo ao socialismo, desempenhará um papel relevante num Estado ao serviço dos interesses populares. O PCP defende a unidade dos militares, indispensável para a defesa da democracia, da independência nacional e para a cooperação com as populações no prosseguimento da revolução iniciada no 25 de Abril.

O PCP defende a estabilidade dos **preços** dos géneros e artigos de primeira necessidade, e o abaixamento de alguns, de forma a contrariar a alta do custo de vida.

O PCP defende uma política de construção que proporcione a cada família uma **habitação** condigna, pondo termo aos «bairros de lata», às «ilhas» e às habitações impróprias nas zonas rurais.

O PCP sempre considerou e considera as organizações independentes e unitárias dos trabalhadores — **movimento sindical, comissões de trabalhadores** e outras estruturas populares (comissões de moradores, assembleias populares, concelhos de aldeia) — como armas de decisiva importância para a unidade dos trabalhadores e de todo o povo para a defesa dos seus interesses.

O PCP defende a participação dos trabalhadores emigrantes, tanto no que respeita à sua situação nos países em que se

O PCP defende a extinção imediata dos **foros**, do regime de **colónia** e a restituição dos baldios às populações que deles foram privadas.

O PCP defende o estímulo e apoio ao **associativismo dos pequenos e médios agricultores**, baseado sempre na livre vontade e decisão dos interessados, quer em Ligas e outras associações para defesa dos seus interesses de classe, quer nas cooperativas agrícolas para resolução dos seus problemas económicos.

O PCP defende a solução urgente dos **problemas das populações rurais** como assistência médica; abastecimento de água, electrificação, escolas, estradas, esgotos.

O PCP defende a reorganização da **previdência rural** de modo a beneficiar condignamente os trabalhadores do campo, os pequenos e médios agricultores e os restantes trabalhadores das zonas rurais.

Votar no PCP é votar na defesa e realização da **Reforma Agrária** em benefício de centenas de milhares de trabalhadores da terra, é votar para que os interesses vitais dos pequenos e médios agricultores (proprietários e rendeiros) sejam defendidos e assegurados contra a exploração e opressão dos grandes e ricos proprietários e dos grandes capitalistas e intermediários.

**PCP**

**O PARTIDO DE UMA NOVA ECONOMIA RUMO AO SOCIALISMO**

**A** revolução iniciada no 25 de Abril deu golpes decisivos no poder económico dos monopólios que dominavam, exploravam e asfixiavam totalmente o nosso povo, os trabalhadores, os pequenos e médios industriais e comerciantes. A nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia, acabando com os tubarões, criou as condições para construir uma nova economia, no interesse dos trabalhadores e de todas as camadas antimonopolistas. Centenas de empresas foram salvas da falência e da sabotagem pela iniciativa e trabalho dos operários, empregados e técnicos. O controlo operário surgiu, contribuindo para assegurar que a economia nacional será posta ao serviço de todo o povo português. Desbravou-se o caminho que, nas condições nacionais, conduzirá Portugal rumo ao socialismo.

A reacção procura hoje anular as grandes conquistas e a participação da revolução portuguesa. Não só a reforma agrária, mas também as nacionalizações, o controlo e a

O PCP defende o apoio às **organizações populares** que promovem acções culturais, artísticas e desportivas de massas.

**V**OTAR no PCP é votar pela democratização da instrução e da cultura que por fim à ignorância secular das massas trabalhadoras e que lhes dará a possibilidade de terem uma intervenção directiva em todos os sectores da vida política, social e económica portuguesa, é votar pelo desenvolvimento da cultura nacional.

**PCP**

**O PARTIDO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL**

**A** revolução iniciada no 25 de Abril pôs fim à criminosa guerra colonial e levou a cabo a histórica tarefa da descolonização, garantindo condições para a independência e progresso de Portugal ao mesmo tempo que contribuiu para a independência e progresso de cinco novos Estados africanos, conquistando novos amigos e nova dignidade no mundo inteiro. O estabelecimento de relações diplomáticas, culturais, económicas com os países socialistas significa o rasgar de novas perspectivas e uma importante garantia para a independência e a soberania nacional. O novo Portugal recuperou no concerto das nações, na ONU, na UNESCO, na Conferência de Segurança em Helsinquia, a voz e a presença que lhe permitem ser, no interesse do povo português e dos povos de todo o mundo, um activo factor de desanuviamento, de paz, de coexistência pacífica.

**A** reacção passou hoje à ofensiva activamente apoiada pelo imperialismo estrangeiro. Os Estados Unidos, o Mercado Comum, a social-democracia europeia, pela mão de forças reaccionárias e certos partidos políticos portugueses, tentam de novo comandar a economia e determinar a política de Portugal.

Novas concessões às multinacionais e empréstimos e investimentos regateados em forma de pressão e chantagem e acompanhados de imposições quanto à utilização e de condições políticas, além de obrigarem ao pagamento de juros e à penhora do ouro e de representarem um verdadeiro assalto à economia portuguesa, hipotecam a nossa independência e são um insulto aos sentimentos nacionais e patrióticos dos portugueses.

A sujeição de certas forças políticas portuguesas às pressões do imperialismo está na origem do tardio reconhecimento do governo da República Popular de Angola e da deterioração das relações com os Estados independentes de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Essa deterioração afecta e prejudica as perspectivas de cooperação fraternal e pelas suas consequências económicas, sociais e políticas atinge duramente os interesses vitais das populações e a independência e a soberania nacional.

A reacção e certos partidos colaborantes com o imperialismo tentam mantê-lo

Os partidos da direita reaccionária (CDS, PPD, PDC, PPM) mostram não querer as liberdades e a democracia, mas sim a instauração de uma nova ditadura. As provocações

Está em pleno desenvolvimento uma ofensiva contra as liberdades e a democracia. Os meios de comunicação social do Estado ou estatizados (TV, Rádio, Imprensa) são monopolizados por cúpulas de partidos que se afirmam «pluralistas» e por sectores que rovemente procuram instilar as ideias fascistas do passado. Multiplicam-se os órgãos de Imprensa reaccionária e fascista. A calúnia, a invenção, o escândalo, a provocação, o incitamento à violência, são utilizados como armas políticas com total impunidade. Constantes ataques são desferidos contra a organização sindical dos trabalhadores, as formas de organização popular, as ligas camponesas. Saneamentos à esquerda, libertação dos pides, readmissão de fascistas, reforçam as posições reaccionárias.

As liberdades e a democracia estão em perigo. A reacção prepara o assalto ao Poder, seja pela infiltração crescente no aparelho do Estado, seja por um golpe de força, seja por uma maioria alcançada em eleições, realizadas sem que, em vastas regiões, estejam asseguradas as necessárias condições de liberdade.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários**, porque votar neles é votar pelo regresso ao fascismo, é votar para que sejam liquidadas as liberdades.

**O PCP é o Partido da liberdade e da democracia.** O PCP sempre defendeu nas mais difíceis condições, defende e defenderá as mais amplas liberdades: liberdade de imprensa, de associação, de constituição e actividade dos partidos políticos, de reunião e manifestação, assim como a liberdade sindical e o direito à greve.

**O PCP sempre defendeu, defende e defenderá a liberdade religiosa** e o direito dos cidadãos praticarem ou não praticarem um culto.

**O PCP sempre lutou, luta e lutará pela democratização de toda a vida nacional**, pela democracia política, pela democracia económica, pela democratização do ensino, da cultura, do desporto.

**O PCP luta e lutará pela construção de um regime democrático em Portugal**, ao abrigo das conspirações e dos golpes da contra-revolução, pela democratização do aparelho de Estado, pelo respeito pela Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte.

**O PCP condena severamente a anarquia e a desordem e reclama medidas energicas** contra as conspirações, as violências, os atentados, o terrorismo. O PCP reclama medidas contra as organizações clandestinas que conduzem tais actividades.

**O PCP reclama medidas adequadas para pôr termo à vaga de criminalidade e banditismo**, assim como à corrupção, à droga, à pornografia, à prostituição.

**O PCP reclama que se faça respeitar a ordem democrática**, restituindo a tranquilidade e a segurança ao povo português.

**O PCP reclama que as Forças Armadas garantam em todo o território nacional o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.**

**VOTAR no PCP é votar antifascista**, é votar para que o fascismo não volte, para pôr rápido fim ao terrorismo, para que seja mantida a ordem democrática, para restaurar a tranquilidade e a segurança, para que seja garantido a todos os cidadãos o exercício das liberdades democráticas e dos direitos fundamentais.

**VOTAR no PCP é votar nas liberdades**, na consolidação da democracia, na construção de um regime democrático, correspondendo aos interesses, aspirações e vontade do povo português.

## PCP O PARTIDO DOS TRABALHADORES

**A revolução iniciada no 25 de Abril** através do impetuoso desenvolvimento do movimento sindical independente e de outras estruturas populares, trouxe a largas massas do Portugal que trabalha a satisfação de reivindicações imediatas para a elevação do seu nível de vida. Foi fixado pela primeira vez em Portugal um salário mínimo, foram aumentados salários e ordenados, praticou-se uma política de contenção de preços e rendas (de casa até finais de 1975), melhoraram-se os benefícios da Previdência, criou-se o subsídio de desemprego.

**A reacção quer hoje anular todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril.** O plano da reacção é intensificar a exploração dos trabalhadores, impor-lhes as mais desumanas condições de trabalho, para assegurar elevados lucros aos exploradores.

O congelamento dos salários e o aumento dos preços, decidido pela acção governativa conjunta do PPD e PS, que detêm a hegemonia no VI Governo Provisório, ao mesmo tempo que se aprovavam verbas para indemnizar grandes capitalistas e grandes agrários, correspondem aos interesses do patronato reaccionário contra os interesses vitais da classe operária e das massas trabalhadoras.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários** porque votar neles seria condenar-se a si próprio a uma maior e desenfreada exploração.

**O PCP é o partido e a vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores.**

**O PCP sempre defendeu, defende e defenderá os interesses dos trabalhadores da cidade, dos campos, das minas e do mar**, a elevação dos salários reais, uma diminuição da diferença entre os mais altos e os mais baixos vencimentos, a melhoria dos benefícios sociais e pensões, a higiene e a segurança no trabalho, a

defesa das estruturas populares (comissões de moradores, assembleias populares, concelhos de aldeia) — como armas de decisiva importância para a unidade dos trabalhadores e de todo o povo para a defesa dos seus interesses.

O PCP defende a criação de uma rede de serviços sociais para os trabalhadores emigrantes, tanto no que respeita à sua situação nos países em que se encontram (garantia de trabalho, habitação condigna, assistência médica, ensino em português para os seus filhos), como à protecção das economias por eles canalizadas para Portugal, para seu próprio uso ou dos seus familiares.

**O PCP defende a criação de um Serviço Nacional de Saúde**, integrando todos os serviços (hospitais, misericórdias, postos de caixas, etc.), capaz de proporcionar assistência médica e medicamentosa a todos os portugueses e a dignificação do exercício da profissão de todos os trabalhadores da saúde.

**VOTAR no PCP é votar na defesa dos interesses dos trabalhadores** contra a exploração do grande capital, é votar numa política social que assegure o melhoramento progressivo das condições de trabalho e de vida de todos os trabalhadores.

## PCP O PARTIDO DA REFORMA AGRÁRIA E DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

**A revolução iniciada no 25 de Abril** permitiu, com a liquidação dos latifúndios do Sul, o início da Reforma Agrária, que constitui uma conquista verdadeiramente histórica para

todo o nosso povo. Os trabalhadores agrícolas, antes condenados ao desemprego e à miséria, e os pequenos e médios agricultores, cultivam hoje muitas centenas de milhar de hectares que dantes os grandes agrários condenavam a permanecer incultos ou mal aproveitados, aumentam a produção e reduzem as importações de produtos agrícolas em benefício do povo e do País.

A Lei do Arrendamento Rural, a devolução dos baldios aos povos, a liquidação legal dos foros, medidas de facilitação do crédito agrícola, de aumento dos preços no produtor e de escoamento de alguns produtos essenciais, os avanços no sector cooperativo, beneficiaram inúmeros pequenos e médios agricultores, e apontam o caminho para o florescimento da nossa agricultura.

**A reacção quer hoje manter a exploração dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores** pelos grandes e ricos proprietários, pelos ricos senhorios, pelos usurários, pelos capitalistas, pelos grandes intermediários que compram os produtos agrícolas e pecuários a preços de miséria para os venderem depois a elevadíssimos preços incomportáveis para o consumidor.

No Sul, a reacção, os grandes agrários, apoiados em grupos terroristas e partidos reaccionários e até em elementos irresponsáveis do PS, procuram recuperar os latifúndios e liquidar a Reforma Agrária.

No Centro, no Norte, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a reacção, os ricos proprietários, os senhorios e os seus agentes — o CDS, o PPD, o PPM, o PDC e outros — procuram manter os pequenos e médios proprietários na miséria, na ignorância, nas dificuldades de sempre, na completa dependência dos ricos, envenenando-os com o anticomunismo, para impedir que tomem plena consciência de quem são os seus amigos e os seus inimigos.

A política dos ministros PPD no que respeita a sementes e a preços de produtos agrícolas, mostra bem que os partidos reaccionários são inimigos dos pequenos e médios agricultores.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários**, porque votar neles seria votar pela eterna miséria da população laboriosa dos campos.

**O PCP é o partido dos trabalhadores do campo, dos operários rurais, dos pequenos e médios agricultores**, de todos os que trabalham a terra, tanto no Norte, no Centro, nas Ilhas, como no Sul.

**O PCP é o partido da Reforma Agrária**, por cuja realização completa sempre lutou e lutará, para que todos os latifúndios sejam entregues aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores. Tendo em conta as diferenças da estrutura da propriedade, o PCP considera e sempre considerou que a Reforma Agrária nas zonas do latifúndio tem características diversas da Reforma Agrária no resto do País.

**O PCP reclama o imediato reconhecimento das novas unidades colectivas de produção** nos termos da Lei da Reforma Agrária e a conclusão do processo de expropriação dos latifúndios, com a entrega da terra aos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores.

**O PCP defende um programa urgente de barragens e irrigação e o apoio e ajuda técnica do Estado**, créditos, facilidades para a aquisição de máquinas, alfaias, sementes e adubos, às novas herdades colectivas e cooperativas, às quais deve ser assegurada autonomia orgânica e administrativa e para com as quais se impõe desenvolver a solidariedade activa da classe operária, dos trabalhadores das cidades, da juventude.

**O PCP opõe-se firmemente a quaisquer apropriações ou expropriações de terras de pequenos e médios agricultores.** O PCP defende imediatas medidas que, em todo o país, respondam às reclamações dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros, caseiros) no que respeita a créditos, aos impostos, à fixação de preços, à garantia de escoamento dos produtos agrícolas e à especulação dos grandes intermediários.

**O PCP defende a aplicação imediata em todo o território nacional da Lei do Arrendamento Rural**, que beneficia muitas dezenas de milhar de rendeiros de terras de grandes proprietários, devendo as rendas ser reduzidas e pagas em dinheiro sempre que o rendeiro o deseje, respeitadas as benfeitorias, assegurada a utilização da terra. O PCP defende que sejam ao mesmo tempo respeitados os direitos dos pequenos proprietários absentistas (emigrantes e outros).

operário surgiu, contribuindo para assegurar a economia nacional será posta ao serviço de todo o povo português. Desbrave-se o caminho que, nas condições nacionais, conduzirá Portugal rumo ao socialismo.

A reacção quer hoje anular as conquistas alcançadas pela Reforma Agrária portuguesa. Não só a reforma agrária, mas também as nacionalizações, o controlo e a gestão operária, a política social favorável aos trabalhadores.

As forças reaccionárias (CDS, PPD e outros) e até a direcção do PS, conduzem uma política de recuperação capitalista, anunciam o propósito de desnacionalizações, estão entregando empresas salvas da falência e da ruína pelos trabalhadores, com o auxílio dos dinheiros públicos, aos grandes capitalistas que, com a sabotagem e manobras fraudulentas, as conduziram à beira do encerramento. Tentam manipular trabalhadores e meios esclarecidos contra os seus próprios interesses. Pretendem distribuir chorudas indemnizações aos monopolistas e agrários. Procuram que sejam os trabalhadores e as massas populares a pagarem o preço das dificuldades económicas e financeiras causadas pelo esbanjamento de recursos, pela sabotagem, pelas irregularidades, pelos desvios de fundos praticados pelos grandes capitalistas. Procuram a estabilização económica e financeira à custa da intensificação da exploração dos trabalhadores imposta por uma política de coacção e repressão.

Tal política é o caminho para o regresso dos grandes monopolistas, a restauração do poder económico e político do grande capital, associado ao imperialismo estrangeiro e dele dependente, o que significaria a instauração a curto prazo de uma nova ditadura reaccionária, porque só com uma ditadura os monopólios e agrários conseguiriam impor a sua dominação.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários** porque votar neles seria votar para o restabelecimento do poder terrorista dos grupos monopolistas.

**O PCP é o partido da reconstrução da economia** no interesse do povo e do país, rumo ao socialismo. Nas condições concretas existentes, a democracia só pode defender-se e construir-se no caminho do socialismo, de uma sociedade onde seja abolido a exploração do homem pelo homem.

**O PCP é o grande partido que prossegue uma luta** consequente defendendo firmemente o **controlo operário, as nacionalizações** e a gestão dos trabalhadores nas empresas onde houve intervenção do Estado porque foram conduzidas à falência por empresários sabotadores.

**O PCP defende uma nova dinâmica de estabilização, rentabilidade e desenvolvimento** assente na planificação, na reconversão, no papel motor do sector público e das empresas com intervenção do Estado, no interesse e esforço criador dos trabalhadores, só possível na perspectiva da construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

**O PCP defende ao mesmo tempo o respeito pela iniciativa privada** não monopolista em amplos sectores da economia nacional e o apoio do Estado aos interesses e direitos dos **pequenos e médios comerciantes e industriais**, assim como dos artesãos, vítimas, como os trabalhadores, do poder económico do capitalismo monopolista que, se fosse restaurado, os conduziria rapidamente à ruína.

**O PCP defende uma política fiscal e de rendimentos** que faça pagar o maior preço das dificuldades económicas a quem mais pode pagar.

**VOTAR no PCP é votar contra a recuperação do grande capital**, votar pela reconstrução e desenvolvimento da economia portuguesa para bem do povo e do país.

## PCP O PARTIDO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO E DA CULTURA

**A revolução iniciada no 25 de Abril** fez desmoronar por todo o lado o esqueleto reaccionário do sistema escolar fascista, dando-se passos importantes para a elaboração de novos programas, a gestão democrática das escolas, a reconversão do ensino, com vista à satisfação das aspirações das massas e das necessidades do progresso nacional. A liberdade de expressão do pensamento foi conquistada e assegurada, uma informação e acção cultural ao serviço do povo e do progresso venceu a opressão da censura fascista e dos potentados financeiros, combatendo o obscurantismo reaccionário.

**A reacção procura hoje anular todas as conquistas alcançadas no campo da educação** desde o 25 de Abril. A sua intenção é paralisar a escola, inverter o processo de democratização das estruturas escolares, destruir o que de positivo se conseguiu em matéria de programas e relações pedagógicas, provocar um mal-estar social decorrente do não funcionamento satisfatório do sistema educativo.

**A reacção pretende manter as massas populares mergulhadas na ignorância**, impedir a elevação da sua consciência política e do seu nível cultural, de modo a poder manter mais facilmente o seu domínio económico e político.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários**, por que votar neles seria votar no obscurantismo.

**O PCP é o partido da reforma geral e democrática do ensino**, por cuja realização sempre lutou e lutará, para que o acesso à educação seja amplamente facilitado aos filhos dos trabalhadores.

**O PCP é o partido que luta pela extinção do analfabetismo e do obscurantismo** em Portugal, que defende o alargamento da escolaridade obrigatória, que reclama uma melhor formação dos professores, o incremento das construções escolares e o adequado apetrechamento dos estabelecimentos de ensino.

**O PCP luta firmemente contra todas as formas de degradação escolar** e reclama medidas anérgicas que ponham cobro à actual deterioração do ensino.

**O PCP defende que deve constituir objectivo central do actual sistema escolar a formação de quadros intelectuais e técnicos** devotados à defesa dos êxitos da revolução e capazes de impulsionar a nova economia surgida das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário rumo ao socialismo.

**O PCP defende o desenvolvimento da cultura nacional**, a promoção da investigação científica e da técnica, a liberdade de criação artística, o incentivo à literatura, as artes plásticas, à música ao teatro e ao cinema.

a aproximação das relações com os Estados independentes de Guiné-Bissau a Cabo Verde.

Essa deterioração afecta e prejudica as perspectivas de cooperação fraternal e pelas suas consequências económicas sociais e políticas atinge duramente os interesses imperialismo estrangeiro.

A reacção e certos partidos colaborantes com o imperialismo tentam mantê-los segregados do nosso povo e organiza-los contra a democracia portuguesa. O PCP considera que o regresso a Angola daqueles que aí desejarem trabalhar em paz e refazerem as suas vidas só será possível em colaboração com o MPLA e de acordo com o governo da República Popular de Angola.

Os compromissos do PPD, CDS e PS com as potências imperialistas contrariam a independência económica e política de Portugal.

Nos Açores e na Madeira, a reacção, ao serviço de interesses estrangeiros, leva a cabo uma acção desagregadora da nacionalidade portuguesa e da integridade territorial.

**O povo não deve votar nos partidos reaccionários** porque votar neles seria votar na submissão de Portugal ao imperialismo.

**O PCP é o partido da independência nacional**, da defesa da integridade territorial e da soberania, da libertação de Portugal em relação à submissão política ou económica ao imperialismo estrangeiro.

**O PCP defendendo a autonomia e descentralização**, opõe-se resolutamente ao separatismo nos Açores e Madeira, que visa a desintegração do território nacional em benefício de potências estrangeiras.

**O PCP defende uma política de paz e amizade** com todos os povos, o estabelecimento e desenvolvimento de relações de cooperação de Portugal com todos os países, independentemente do seu regime social, dentro dos princípios da coexistência pacífica.

**O PCP que sempre foi activamente solidário** para com a luta dos povos submetidos ao colonialismo português e para com os seus partidos revolucionários, defende o desenvolvimento de estreitas relações de fraternal amizade e cooperação com os **novos Estados independentes** formados nos territórios dantes submetidos ao colonialismo português, na base da completa igualdade.

**O PCP defende o desenvolvimento das relações comerciais e de cooperação económica, tecnológica, científica e cultural** com os **países socialistas** que oferecem extraordinárias possibilidades e podem ser um importante factor da consolidação da democracia e da independência nacional.

**O PCP defende a consolidação e desenvolvimento das relações com os países** que já se libertaram ou que lutam pela libertação do jugo colonial e do imperialismo.

**O PCP defende o desenvolvimento de relações económicas com os países capitalistas**, designadamente com os do Mercado Comum, mas sob condição do respeito recíproco dos interesses de cada parte, do princípio da igualdade e da não ingerência nas questões internas.

**Votar no PCP é votar contra o domínio estrangeiro sobre Portugal**, pela utilização em benefício do nosso povo e do nosso país das riquezas e recursos nacionais, pelo direito do povo português de decidir do seu destino, pela verdadeira independência nacional.

**A única forma de evitar um governo de direita, a única alternativa democrática, a única alternativa de esquerda, é uma maioria com o PCP e um governo com o PCP.**

Para assegurar a dignidade e a verdade das eleições, o PCP lutará firmemente pelo restabelecimento das liberdades nas regiões onde de facto não existem e exige que as autoridades assegurem o direito de reunião e de propaganda em todo o território nacional.

Apesar das condições desfavoráveis, **o povo português pode derrotar e derrotará a reacção.** O voto não é obrigatório. Ninguém deve ser coagido a votar. A reacção não pode forçar ninguém a votar nela. Mas nenhum antifascista, nenhum democrata se deve abster. **Se todos votarem em massa, a reacção não passará.**

**O PCP não pretende governar sozinho.** O PCP pronuncia-se firmemente pela unidade das forças democráticas e progressistas, indispensável para assegurar o futuro democrático de Portugal. Uma maioria democrática e um governo democrático exigem uma coligação de forças democráticas civis e militares. Mas uma tal maioria e um tal governo só serão possíveis com o PCP. O anticomunismo não serve a democracia. Contra o PCP e sem o PCP, só são possíveis uma maioria e um governo de direita reaccionária.

É necessário que o PS abandone a sua política anticomunista e de aliança com a direita e volte as suas armas contra a reacção. Tal modificação será tanto mais possível, quanto mais forte for a votação no PCP. **Votar no PCP é votar na unidade antifascista e democrática.**

**O PCP é o grande partido da esquerda, o partido da única alternativa democrática. Só uma grande votação no PCP poderá impedir a formação de um governo de direita.**

Os eleitores da esquerda não devem dispersar os seus votos. Os votos da esquerda não devem apenas marcar posições mas eleger deputados. Nas eleições para a Assembleia Constituinte cerca de 200.000 votos dispersos por pequenos agrupamentos não elegeram nenhum deputado. Votos divididos são votos perdidos.

A participação de grupelhos pseudo-revolucionários nas eleições tem como objectivo semear a confusão e a calúnia anticomunista, travar uma votação na linha do PCP. É necessário desmascarar a acção desses grupelhos ao serviço da reacção.

**Um grande aumento do número de votos no PCP**, a eleição de um forte grupo comunista na Assembleia legislativa, é essencial para a continuação do processo democrático.

O PCP foi, durante quase 50 anos de ditadura, e continua a ser hoje, o mais sólido baluarte do antifascismo.

O voto do PCP é o **único voto seguro** contra a reacção, o mais seguro voto na liberdade e na democracia.

**Votar no PCP é votar para impedir a instauração de uma nova ditadura fascista.** **Votar no PCP é votar para assegurar um regime democrático.** É votar para tornar possível uma maioria de esquerda na Assembleia da República, a formação de um governo de esquerda e de uma política de esquerda.

**Votar no PCP é votar no futuro democrático, independente e socialista de Portugal.**

# ABERTURA DA CONFERÊNCIA NACIONAL

**A abertura dos trabalhos da Conferência foi feita pelo camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC, que, em nome do Comité Central, saudou os delegados e convidados e sublinhou os objectivos da reunião**

Conforme decisão do Comité Central de 14 de Fevereiro passado, a convocação e realização desta Conferência Nacional do Partido tem por objectivo único definir a orientação política e tática para a campanha eleitoral nas eleições para a Assembleia Legislativa que, tudo o indica, terão lugar no dia 25 de Abril próximo.

Em nome do Comité Central saudamos calorosamente todos os delegados a esta Conferência, todos os camaradas convidados aqui presentes. Saudamos igualmente todos os nossos convidados que não sendo membros do Partido Comunista, sempre viram nele o combatente indefectível da causa da democracia, da liberdade, da independência nacional, da paz e do progresso social e participaram activamente lado a lado com os comunistas na

luta por estes objectivos.

Saudamos ainda, em nome do Comité Central, os candidatos do Partido às próximas eleições legislativas aqui presentes, assim como os candidatos independentes que concorrem às eleições integradas em listas do Partido Comunista Português.

Camaradas! Em reuniões, assembleias e plenários das organizações do Partido, as teses constantes do documento interno do Comité Central de 14 de Fevereiro, foram sujeitas a larga discussão e análise, do que resultaram novas contribuições, numerosas sugestões e propostas de emendas que permitirão melhorar e enriquecer o citado documento do Comité Central.

As conclusões do debate sairão da Conferência Nacional do Partido aqui reunida. Seguramente no final dos seus

trabalhos, a orientação para a campanha eleitoral será enriquecida com novas achegas, tudo ficará mais claro para todos nós, todos sairemos daqui melhor apetrechados politicamente para prosseguir nos combates que estão já em pleno desenvolvimento de norte a sul do país!

Camaradas! Na situação em que nos encontramos, a realização de eleições para a Assembleia Legislativa reveste-se de grande importância política: pode permitir a estabilização da ordem democrática, consolidar as instituições democráticas e consequentemente baralhar os planos golpistas da direita.

Dai, não ser estranho que certos partidos eleitoralistas mostrem há uns tempos a esta parte menos entusiasmo em relação às eleições, parecendo recear os seus resultados e

efeitos na opinião pública. E assim se poderá compreender melhor as manobras por esses partidos, desenvolvidas para retardar ou impedir mesmo a elaboração e aprovação da Constituição, os actos conspiratórios directos ou indirectos contra a jovem democracia portuguesa, a histórica campanha anticomunista que vêm alimentando por todos os modos e feitos visando criar um estado de espírito favorável ao ódio, à divisão e ao terrorismo político contra as organizações progressistas e os trabalhadores da cidade e do campo.

Camaradas! Já que falamos de terrorismo político, creio não ser impertinência perguntar-se porque não foram ainda revelados os nomes, a quem estavam ligados, se actuavam por conta própria ou se, pelo contrário, eslavam ao serviço de quaisquer organizações

clandestinas, ou não, de certos elementos presos por se encontrarem de posse de quantidade razoável de armas de guerra, conforme foi tornado público pelos órgãos de informação.

Informar o povo por inteiro e com verdade objectiva impõe-se como um dever para se evitarem congeminações quase sempre prejudiciais.

Camaradas! Do resultado das próximas eleições para a Assembleia Legislativa dependerá em boa medida o que se irá passar nos próximos 4 anos.

Sendo assim, importa que os comunistas passem a actuar melhor para que a votação no Partido Comunista Português, no grande Partido da classe operária e dos trabalhadores, seja maior do que foi nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Um milhão de votos, camaradas, é um objectivo possível de atingir e mesmo ultrapassar. Certamente que isso depende da justeza das nossas consignas políticas e principalmente das formas de actuação e da maneira de actuar de todos os membros do Partido junto das massas trabalhadoras e populares — na aplicação da justa linha política do Partido — formas de actuação que desejamos despidas de qualquer espírito sectário.

Camaradas! Em nome do Comité Central do Partido dou por abertos os trabalhos da Conferência Nacional, certo de que após o seu termo sairemos daqui mais seguros, mais fortes, mais coesos, com a determinação de obtermos nas próximas eleições legislativas uma votação maciça dos trabalhadores e das massas populares nas listas do PCP.



**O nosso Partido apresenta 296 candidatos, entre efectivos e suplentes. Destes, 97 são operários, 48 empregados, 23 técnicos, 14 camponeses, 79 intelectuais, 8 estudantes, 2 pequenos e médios industriais, 6 pequenos e médios comerciantes e 19 diversos.**

**Entre os operários, 31 metalúrgicos, 16 são operários têxteis, 5 são da construção civil, 1 é ferroviário, 15 são operários rurais, 5 são pescadores e 24 diversos.**

**Entre os intelectuais, há 20 médicos, 9 juristas, 11 engenheiros, 3 escritores, 1 actor, 4 jornalistas, 27 professores e 4 economistas.**

**São mulheres 45 dos candidatos, isto é, 15 % do total dos candidatos.**

**O candidato mais jovem tem 20 anos e o mais velho 68 anos. Há 75 candidatos com menos de 30 anos, 210 têm entre 30 e 60 anos e 11 têm mais de 60 anos.**

**Tal como na lista de candidatos para a Assembleia Constituinte, as candidaturas agora apresentadas pelo nosso Partido mantêm uma larga maioria proletária — 66 % dos candidatos são trabalhadores.**

## AS ELEIÇÕES: PREPARAÇÃO DO PARTIDO

**Os trabalhos de preparação da campanha eleitoral e de escolha dos candidatos do PCP apresentados pelo camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC**

O amplo e profundo debate travado em todas as organizações do Partido na preparação desta Conferência Nacional comprova uma generalizada concordância com as teses avançadas pelo Comité Central sobre a importância decisiva para a marcha da revolução portuguesa das próximas eleições para a Assembleia da República.

«Do seu resultado dependerá, em larga medida, o futuro de Portugal», diz-se logo nas primeiras linhas do Projecto de Programa Eleitoral que temos em discussão e afirma-se também que «uma grande votação no PCP é condição indispensável para defender e garantir as liberdades e as outras conquistas da Revolução, para assegurar o prosseguimento do processo democrático».

A intervenção do camarada Álvaro Cunhal caracterizou e fundamentou largamente o significado das eleições que se avizinhavam no quadro do processo revolucionário em curso e apontou as tarefas que ao partido cabe realizar para travar com sucesso uma batalha eleitoral pela liberdade e outras conquistas maiores da revolução como as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo operário.

Com a realização hoje da Conferência Nacional atinge-se o ponto mais alto da preparação do Partido para a batalha eleitoral.

É aqui que os mais de mil delegados de todas as organizações do Partido, do Continente, Ilhas e Emigração, vão decidir em última instância, perante a assistência de cerca de cinco mil convidados, e representantes da comunicação social interna e externa a quem franqueamos as portas, qual a campanha eleitoral que vamos realizar, quais as nossas propostas concretas de solução para os problemas que afligem o povo português e afectam a revolução portuguesa, qual a perspectiva de vida e de futuro que o partido do proletariado aponta às massas trabalhadoras e a toda a população laboriosa da nossa pátria, numa palavra qual o programa que vamos propor ao eleitorado.

Esta é mais uma demonstração dos métodos profundamente democráticos que caracterizam a actividade do nosso Partido.

Camaradas! A reunião do

Comité Central, efectuada em 14 de Fevereiro, que convocou a Conferência Nacional, fixou a data da sua realização para o dia de hoje e aprovou o documento que serviu de base ao debate sobre o Programa Eleitoral, é até agora o marco mais saliente da actividade do nosso Partido na preparação das eleições. No comunicado então tornado público e na conferência de imprensa do camarada Álvaro Cunhal, realizada na mesma data, o nosso Partido pronunciou-se pela rápida conclusão do Pacto e da Constituição, pela realização logo que possível das eleições legislativas, pela rápida institucionalização do regime democrático, como importantes garantias para a defesa das liberdades, da democracia e das outras conquistas da revolução portuguesa.

Os partidos da direita reaccionária, nomeadamente o CDS e o PPD, tudo faziam na ocasião para contrariar aqueles objectivos e pressionavam, tal e qual como agora, para fazer prevalecer factores de instabilidade e de tensão política, um clima propício à sua sua estratégia de violência.

Camaradas! A preparação do nosso Partido para as eleições havia-se iniciado bastante antes da reunião do Comité Central de 14 de Fevereiro. Iniciou-se, em termos práticos, com a formação de um Gabinete Técnico Eleitoral Central em princípios de Janeiro, a que se seguiu a constituição de gabinetes regionais, distritais e concelhios e a formação da Comissão Central Eleitoral que teve a sua primeira reunião em 30 de Janeiro.

A Comissão Política do CC enviou logo nos princípios de Fevereiro, às Direcções Regionais, as primeiras indicações sobre a campanha eleitoral, contendo recomendações sobre o conteúdo político da campanha, a caracterização do nosso campo eleitoral, a definição do papel decisivo da organização, a importância atribuída à juventude e às mulheres, a política a seguir nas regiões difíceis, a posição face ao PS e a definição da direita reaccionária como alvo principal do nosso ataque.

Nesta fase da preparação tomámos três objectivos imediatos principais: a propagação do recenseamento, principalmente junto da juventude, e

a fiscalização das operações de recenseamento; a realização de uma pré-campanha de esclarecimento e a formação de equipas de esclarecedores; a pronta elaboração das listas de candidatos.

Estes objectivos ou foram já realizados ou estão em bom ritmo de concretização.

Não é ainda possível fazer um exacto balanço do recenseamento, mas algumas informações de que dispomos apontam para a conclusão de que nas regiões de maior influência do nosso Partido houve um bom número de inscrições de jovens no recenseamento.

A pré-campanha de esclarecimento está a ser levada a cabo por todo o Partido, embora de modo muito desigual, o que não pode ser apenas explicado por dificuldades objectivas, havendo em alguns casos

Partido, mas também com o resultado de um amplo diálogo com as massas.

Camaradas! Uma das tarefas maiores deste período era a elaboração e a apresentação oficial das listas de candidatos.

Apesar do curto prazo estabelecido oficialmente, as listas de candidatos do nosso Partido foram entregues em todos os círculos sem necessitarmos de aproveitar o último dia. Uma vez mais o nosso Partido foi pronto. Mas a prontidão com que as nossas listas foram elaboradas e entregues em nada diminuiu a escolha democrática que presidiu à sua formação. Salvo no que toca aos membros do Comité Central, os demais candidatos foram propostos pelas organizações de base e as listas organizadas fundamentalmente nas direcções regionais. São conhecidas as formas como outros

São mulheres 45 dos candidatos, isto é, 15% do total das candidaturas.

O candidato mais jovem tem 20 anos e o mais velho 68 anos. Há 75 candidaturas com menos de 30 anos, 210 têm entre 30 e 60 anos e 11 têm mais de 60 anos.

Tal como nas listas de candidatos para a Assembleia Constituinte, as candidaturas agora apresentadas pelo nosso Partido mantêm uma larga maioria proletária — 66% dos candidatos são trabalhadores.

Camaradas! Nas listas do PCP há 20 candidatos independentes. Este número traduz a coerência da nossa política unitária. Quando afirmamos que o PCP é o grande partido da esquerda e apelamos à concentração dos votos de esquerda no PCP, não nos movem estreitos egoísmos partidários, pelo contrário, em todas as conversações que tivemos com os candidatos independentes e com outros cuja candidatura não se chegou a concretizar afirmamos sempre que desejaríamos que a votação nas listas do nosso Partido pudesse levar à Assembleia Legislativa além dos deputados do PCP, vozes que representem outras tendências de esquerda. Circunstâncias várias não propiciaram que o número de independentes fosse mais larco ainda. Mas, em caso nenhum isso resultou das condições por nós colocadas. Admitindo candidatos independentes nas suas listas, o PCP reconhece o contributo de outras correntes e homens de esquerda, condição indispensável para conter e derrotar a direita reaccionária.

Camaradas! Os candidatos das listas do PCP às eleições legislativas estão presentes na nossa Conferência. Os que são membros do Comité Central encontram-se na presidência, todos os outros, incluindo muitos que haviam sido eleitos como delegados pelas suas organizações encontram-se reunidos, a pedido da Comissão Organizadora, nas duas tribunas que ladeiam a presidência para tornar mais fácil a sua apresentação à Conferência.

Uma salva de palmas para os candidatos do PCP — o grande partido da esquerda! Viva o Partido Comunista Português!



subestimações que importa superar. A par de grandes comícios, com especial destaque para os que se realizaram nas comemorações do 55.º aniversário do Partido, têm sido levadas à prática muitas centenas de sessões de esclarecimento, grande parte delas em locais de trabalho, especialmente nas empresas fabris. A grande concorrência, sobretudo de operários e trabalhadores que, em média, se tem verificado aos nossos comícios e sessões de esclarecimento, confirma o crescente poder de atracção e de influência do nosso Partido. A adesão às nossas propostas e ideias, a concordância com os pontos de vista defendidos por nós nesses comícios e sessões de esclarecimento, permitem-nos dizer que estamos aqui não apenas com o resultado de um profundo debate interno no

partidos elaboram as listas, mesmo aqueles que se apreçoam como «os mais» democráticos, tolerantes e até admitindo a existência de fracções.

Camaradas! O nosso Partido apresentou 296 candidatos, entre efectivos e suplentes. Destes, 97 são operários, 48 empregados, 23 técnicos, 14 camponeses, 79 intelectuais, 8 estudantes, 2 pequenos e médios industriais, 6 pequenos e médios comerciantes e 19 diversos.

Entre os operários, 31 são metalúrgicos, 16 são operários têxteis, 5 são da construção civil, 1 é ferroviário, 15 são operários rurais, 5 são pescadores e 24 diversos.

Entre os intelectuais, há 20 médicos, 9 juristas, 11 engenheiros, 3 escritores, 1 actor, 4 jornalistas, 27 professores e 4 economistas.

# DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

As grandiosas vitórias dos trabalhadores agrícolas do Sul na concretização e defesa da Reforma Agrária analisadas pelo camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC.

Permitam-me que em nome de todos os comunistas da Direcção da Organização Regional do Alentejo transmita a todos os delegados e convidados do nosso Partido a esta Conferência, a todos os candidatos do Partido, a todos os outros amigos aqui presentes, as nossas ardentes saudações de combate.

Camaradas:

1 — A Reforma Agrária no Sul constitui para o nosso País uma das maiores realizações democráticas da revolução portuguesa. Ela levou a cabo, sobretudo no Alentejo e no concelho de Coruche, profundas transformações na estrutura económica e social da velha sociedade portuguesa.

O domínio dos latifundiários foi liquidado no Sul. Mais de um milhão de hectares de terra dos grandes agrários foi expropriado e está sob o controlo dos trabalhadores agrícolas e de pequenos agricultores. Onde dominavam 700 mil hectares de terra cercados por aramados, reservados a colheitas e perdidos, para recreio dos agrários e seus amigos, onde dominavam extensos latifúndios com milhares de hectares incultos, hoje nascem e florescem mais de 400 cooperativas e herdades colectivas, que abrangem a volta de 100 mil trabalhadores. Nesta região do nosso País nasce uma nova agricultura, livre do domínio dos latifundiários, onde acabou a exploração do homem pelo homem, e voltada para a perspectiva do socialismo.

O desemprego na área da Reforma Agrária quase acabou e há concelhos onde acabou mesmo. A área semeada no primeiro ano da Reforma Agrária é, segundo os nossos cálculos, superior em 30% em relação ao ano anterior e há concelhos onde é superior em 50%. Aumenta o

número de cabeças de gado. Constroem-se albufeiras. Constroem-se oficinas para a reparação da maquinaria agrícola, alojamentos para gado. Os trabalhadores, com dinheiro do seu salário, compram gado e máquinas agrícolas. Há cooperativas onde os trabalhadores recebem o salário de um mês e guardam o do mês seguinte para comprar máquinas.

Desbravaram-se as terras incultas e o mato da altura dos sobeiros está a desaparecer. Milhares de trabalhadores, homens e mulheres, oferecem horas e dias grátis às suas cooperativas, o mesmo é dizer, à economia nacional. Muitos deles não trabalham 8 horas, mas 10 e mais. Aparecem as primeiras creches e as primeiras cooperativas de consumo das herdades colectivas, assim como os grupos de pioneiros.

Se a Reforma Agrária é uma importante conquista do nosso povo, ela é, particularmente, uma obra maravilhosa do proletariado agrícola do Sul, da sua organização e combatividade, do seu espírito de sacrifício e coragem, da sua determinação e patriotismo. A Reforma Agrária não foi uma dádiva, mas sim uma conquista dos trabalhadores. Alguns partidos no governo e outras personalidades responsáveis têm mostrado grande hostilidade à Reforma Agrária e dificultado imenso o seu avanço.

Se não existisse um movimento de massas fortemente organizado e poderoso ainda hoje a Reforma Agrária estaria nos gabinetes a ser estudada por especialistas; os latifúndios estariam intactos como antes do 25 de Abril e a situação nos campos seria, hoje, extremamente grave. Quando a lei da Reforma Agrária, saiu (que andou sempre atrás do processo) já estavam ocupados pelos trabalhadores

à volta de 500 mil hectares de terra.

O nosso Partido, as suas organizações camponesas, os sindicatos agrícolas do Sul (que abrangem 130 mil sócios) têm sido as forças decisivas do avanço e êxito da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária despertou profunda simpatia nos operários, nos empregados, nos jovens, nas mulheres, nos intelectuais — em todo o nosso povo. Das fábricas, das escolas, das cidades, dos centros industriais partem, nos fins-de-semana, centenas e milhares de pessoas que vão trabalhar gratuitamente para as cooperativas agrícolas. Esta solidariedade proletária é altamente positiva.

Esta simpatia e solidariedade à Reforma Agrária ultrapassaram as nossas fronteiras. Os trabalhadores e outras pessoas progressistas dos países capitalistas e os trabalhadores dos países socialistas fazem chegar ao nosso País a sua solidariedade material. Eles oferecem às cooperativas agrícolas portuguesas tractores, alfaixas agrícolas e outros bens materiais.

Hoje, apetece visitar o Alentejo e as suas cooperativas. Ali se sente pulsar a vontade de trabalhar, de produzir mais e melhor; ali se sente pulsar o entusiasmo, a alegria, as bandeiras vermelhas; ali se sente pulsar o coração de Catarina Eulémia, Germano Vidigal e outros heróis do Partido caídos na luta, o pulsar da Revolução!

Em muitas localidades alentejanas o prestígio do Partido e a sua ligação com os trabalhadores e com o povo é uma realidade patente.

Não há erros e deficiências a apontar neste processo da Reforma Agrária? Sem dúvidas que há. Vários deles foram já corrigidos, outros

corrigir-se-ão com a consolidação do processo. Esses erros e deficiências seriam menores se a Reforma Agrária não encontrasse tanta hostilidade por parte dos partidos que têm tido a hegemonia no governo.

Camaradas:

2 — A Reforma Agrária marca uma das grandes conquistas da Revolução. Ela feriu de morte a classe dos latifundiários. Dado o seu avanço, a Reforma Agrária constitui um importante baluarte da Revolução, um grande obstáculo à recuperação capitalista e ao avanço das forças da direita. Daí a sua ofensiva cada dia mais brutal contra a Reforma Agrária.

Os agrários fascistas organizam-se na CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), para a qual recrutam pequenos e médios agricultores, enganados, para encobrir a sua conspiração. Essa organização dirige ataques armados às cooperativas, assaltos aos Centros da Reforma Agrária, ultimatos ao Governo, exige a abolição da lei da Reforma Agrária, organiza espantamentos de trabalhadores, faz ameaças de morte, promove pretensos plenários de agricultores, etc. A CAP passou a ser um centro activo de conspiração contra a Reforma Agrária e contra a democracia. A sua extinção como organização é uma necessidade para a defesa da Reforma Agrária e da própria Revolução.

As recentes afirmações do Dr. Mário Soares — em Campo Maior e Benavila, que os comunistas, "iriam sofrer as consequências no Alentejo como estão a sofrer no Norte"; outras afirmações como as que os trabalhadores agrícolas do Alentejo são "ladroes", "roubam" as terras aos

pequenos, são "mandriões", "não cultivam", etc., as campanhas de mentiras e calúnias dos jornais como "A Luta", "O Dia", "O Tempo" e outros, estimulam e promovem a ofensiva dos grandes agrários contra a Reforma Agrária e contra a liberdade do povo português.

Aqueles que choram a sorte dos latifundiários não devem esquecer que a Reforma Agrária não voltará para trás! Ela é uma conquista histórica do povo português. Para a fazer andar para trás têm de passar por cima de milhares de cadáveres, têm de levar os blindados, os canhões, as G3. Os trabalhadores e com eles os comunistas estão firmemente dispostos a defender com todos os sacrifícios a Reforma Agrária!

Os inimigos da Democracia não devem esquecer que a sorte da Revolução está ligada à Reforma Agrária e vice-versa. Não devem esquecer que a Reforma Agrária também pertence aos militares do 25 de Abril.

Camaradas:

3 — A Reforma Agrária avançou bastante dentro de um processo revolucionário muito acidentado. Há forças muito hostis à Reforma Agrária. Os trabalhadores controlam mais de um milhão de hectares de terra, mas o poder político está nas mãos da burguesia. A Reforma Agrária é um processo avançado da Revolução que se choca com forças que actualmente dominam o Governo e o poder político. Essas forças contrariam constantemente a consolidação e o avanço da Reforma Agrária. As dificuldades vão continuar a ser muitas.

Ao nosso Partido e às suas organizações camponesas colocam-se tarefas de grande responsabilidade no sentido de ajudar a consolidar a Reforma



Agrária, defendê-la e fazê-la avançar. A fase da expropriação praticamente está cumprida. Agora colocam-se outras tarefas importantes de organização e direcção que exigem mais esforços e atenção do nosso Partido.

Os ataques contra a Reforma Agrária não vêm do Governo da CAP. Eles vêm de diversos lados e dirigem-se em várias direcções. Na aplicação do direito à reserva existem grandes perigos para as cooperativas. Os latifundiários servem-se desse direito para recuperar as terras. Nos três distritos do Alentejo há, neste momento, 34 reclamações de agrários, que somam cerca de 20 mil hectares de terra. Uns exigem direito à reserva, mas outros exigem a recuperação total das terras. O Ministério da Agricultura está de acordo. É necessário estar vigilantes e organizados para que os grandes agrários não recuperem terras a que não têm direito.

Organizar o circuito comercial é hoje uma tarefa prioritária e fundamental das cooperativas agrícolas. Os inimigos da Reforma Agrária procuram estrangulá-la através do circuito comercial. Não foi por acaso que os directores da JNPP, da JNV, foram substituídos, que as comissões administrativas dos supermercados, das cooperativas de transformação dos produtos agrícolas e

outras foram "saneadas". O objectivo é claro: estrangular as cooperativas agrícolas. Não demora muito em que as cooperativas não comecem a movimentar centenas de milhares de toneladas de produtos e milhões de contos. É necessário organizar o circuito comercial.

O crédito de emergência para pagamento de salários custa caro aos trabalhadores — 6,5% de juros! Os agrários tinham condições mais vantajosas antes do 25 de Abril. O crédito de emergência não é nenhum favor que o governo está a fazer. Ele rende bom juízo! Mesmo assim há ameaças deste crédito ser cortado!

Onde está o crédito para comprar máquinas e alfaixas agrícolas, gado, construir estábulos? Não existe! O que tem sido feito é à custa do sacrifício dos trabalhadores das cooperativas. Para aumentar a pecuária é necessário haver forragens e água.

No que diz respeito aos técnicos, as cooperativas debatem-se com imensas dificuldades. A maior parte dos técnicos dos Centros da Reforma Agrária estão feitos com os agrários. Eles atacam os técnicos progressistas, retardam os processos de expropriação e de legalização. Alguns deles fazem um trabalho de divisionismo junto dos trabalhadores, atacando o Sindicato, dizendo que não interessa, que está nas mãos dos comunistas, não faz falta, etc.

Uma agricultura nova e avançada não se pode desenvolver sem técnicos. As escolas agrícolas de Benavila, Valverde, Pegões, Santarém e outras devem abrir as suas portas aos trabalhadores mais capazes e aos seus filhos.

Hoje, uma das tarefas de primeira importância das cooperativas é reforçar a unidade e a organização dos trabalhadores. É necessário estabelecer normas democráticas de gestão e organização dentro das cooperativas. Tornar norma a realização de plenários de todo o colectivo. Todos os trabalhadores devem tomar conhecimento dos problemas, participar na sua discussão e organização.

Outra tarefa imediata e fundamental é organizar uma escrita, uma contabilidade à altura das exigências do trabalho das cooperativas.

Camaradas:

4 — Os conspiradores da CAP e outros inimigos da Revolução procuram manipular a boa-fé dos pequenos e médios agricultores, procuram manipular as suas justas reivindicações, servindo-se disso, da mentira e calúnia, para os atirar contra a Reforma Agrária e contra os trabalhadores. Mas os seus sinistros objectivos falham. Hoje, milhares de pequenos e médios agricultores já perceberam que os senhores da CAP são os mesmos opressores que exploraram o nosso povo durante 48 anos de fascismo. O Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte, com uma actividade interessante, o reforço da unidade e cooperação dos pequenos e médios agricultores de vários concelhos do Sul, com os trabalhadores das cooperativas, como em Avis, Montemor-o-Novo, Campo Maior, Serpa, e outros, são uma prova evidente disso.

Aqueles que choram a sorte dos latifundiários são aqueles que acusam os trabalhadores e os comunistas de terem roubado as terras aos pequenos camponeses, mas, isso é estar a mentir sem vergonha! Venham cá ao Sul ver quem são os pobres "lesados" que ficaram sem terra. São apenas umas centenas de grandes famílias, são os senhores da terra.

No Sul ficaram ainda milhares de proprietários com 100, 200, 300, 400 e 500 hectares. A lei da Reforma Agrária é modesta. Muitos destes proprietários não estão a cultivar as suas terras.

O Partido sempre defendeu e defende e os trabalhadores

seguem esse princípio: respeitar a pequena e a média propriedade. No Sul, os trabalhadores têm respeitado esse princípio fundamental.

Não se está a defender os interesses dos pequenos e médios agricultores, a dar soluções aos seus problemas concretos atirando-os contra a Reforma Agrária. A solução dos problemas vivos dos pequenos e médios agricultores reside em garantir-lhes o escoamento da produção agrícola, garantir-lhes preços compensadores, concessão de crédito financeiro e de ajuda técnica em boas condições, fornecimento de sementes seleccionadas e adubos a tempo e a horas, uma lei de arrendamento rural que vá ao encontro dos interesses dos rendeiros, etc., etc.

No Sul há seareiros e rendeiros que querem terra para trabalhar. Os dirigentes do PPD e do PS falam muito da sorte dos pequenos agricultores. Vamos contar um exemplo (entre muitos) como isso é pura demagogia.

Há dias, cerca de 50 seareiros da zona de Elvas e Campo Maior enviaram uma petição ao Centro da Reforma Agrária de Portalegre a pedir terra. Foi-lhes cedida uma herdade nacionalizada pelo Estado no perímetro de rega do Caia. Esta herdade era explorada pela SAGREPE, dominada pelo PPD e CDS.

No dia em que os rendeiros iam para iniciar os trabalhos encontraram pela frente centenas de indivíduos arregimentados pelo PPD e CDS, armados de paus, que impediram os seareiros de entrar na herdade. Eis uma resposta concreta e clara daqueles que gritam muito que os seareiros ficaram sem terra! Alargar e reforçar cada dia mais a aliança e a cooperação dos pequenos agricultores com os trabalhadores das cooperativas agrícolas é uma condição necessária para consolidar e defender a Reforma Agrária. Em cada situação devem ser estudadas as formas concretas de alargar e reforçar essa aliança e cooperação.

Camaradas:

5 — O nosso Partido tal como se diz no Programa Eleitoral, o PCP é o Partido da Reforma Agrária, foi o único que nas condições da ditadura fascista levantou a bandeira: A Terra a quem a trabalha! O Partido foi o único que após a queda do fascismo aplicou na prática, sem hesitações, o seu programa agrário. O Partido é hoje, o único que se bate firmemente pela defesa da Reforma Agrária, pela sua consolidação e avanço. Estar com o Partido é estar com a Reforma Agrária e estar com o Partido dos trabalhadores!

Vamos entrar numa batalha eleitoral. Ela vai ser renhida. A sua importância foi sublinhada pelo camarada Álvaro Cunhal e outros camaradas. A direita fascista sonha com a vitória. O anticomunismo não deve ser o preço pelo qual o povo português pode vir a perder a sua liberdade.

A hora é de cerrar fileiras em defesa da Revolução e suas conquistas para isolar e bater o inimigo principal — a direita fascista. Estamos convencidos que todos os democratas sinceros, que todos os trabalhadores sinceros sem partido, que todo o nosso povo cerrarão fileiras em defesa da sua Revolução. Saberão escolher o Partido, cujo programa de esquerda garante a defesa das liberdades, a defesa da Revolução e suas conquistas, a construção de um Portugal Democrático rumo ao socialismo.

Todos unidos em torno da bandeira da Liberdade, da Democracia, da Reforma Agrária, do Trabalho, da Independência Nacional, do Socialismo contra a direita fascista, venceremos! Venceremos!

— Viva a unidade combativa de todas as forças democráticas!

— Viva a Liberdade, a Democracia e o Socialismo!

— Viva o Partido Comunista Português!

## SOBRE A DISCUSSÃO E AS OPINIÕES EM RELAÇÃO AO PROJECTO DE DOCUMENTO

O amplo debate interno que baseou o texto final da Plataforma Eleitoral do PCP foi descrito e analisado pelo camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC

Importa dar à Conferência Nacional do nosso Partido uma informação, mesmo que sucinta, sobre alguns aspectos que podem caracterizar a discussão e as opiniões acerca do documento a aprovar.

Não nos é possível, dada a falta de informações de algumas regiões, quantificar de maneira exacta a participação em tal discussão, mas, em traços gerais pode dizer-se que houve uma ampla participação de muitos milhares de camaradas.

Podemos referir, como exemplos, que em Sacavém a discussão se travou com centenas de camaradas, que no Prior Velho mais de 75% dos membros do Partido participaram na discussão, que, no distrito de Leiria houve com esse objectivo, reuniões gerais de militantes em Alcobaca, Caldas da Rainha e Nazaré; grandes reuniões de diversas organizações da Marinha Grande; largas discussões também em Peniche, Pombal, etc., que o documento foi discutido em Assembléias das Organizações Concelhias e em reuniões das Comissões Concelhias do distrito de Faro que no sector intelectual de Lisboa cerca de 50% dos camaradas participaram activamente na discussão em que o documento foi analisado na 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures, que vieram opiniões de muitas células de empresa e outras organizações da região de Lisboa, de várias organizações do distrito do Porto e de todo o Norte, do distrito de Santarém, da organização do Funchal e da Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes, de alguns concelhos do distrito de Setúbal, dos emigrantes, bem como algumas opiniões de organizações das Beiras, de organizações do Alentejo, de alguns sectores

específicos e de alguns camaradas individualmente.

Um partido que engloba mais de cem mil membros não poderia deixar de contribuir com muitas e muitas achegas para a feitura do nosso programa eleitoral.

Entretanto há duas questões a reter em relação à discussão travada nas organizações do Partido.

Por um lado, a preocupação em manter reservado até à realização desta Conferência o projecto de documento, dificultou notavelmente a expansão da sua apreciação. É uma lição a reter, sem que se esqueça a razão e a importância da não divulgação prematura dum tal documento.

Por outro lado, em algumas regiões, em algumas organizações, não se conduziu um trabalho eficaz de modo a mobilizar os nossos camaradas para a análise e crítica do projecto apresentado. A justificação da falta de tempo, produto da acumulação de tarefas e do tardio momento em que o projecto foi entregue às organizações, não elimina uma subestimação da importância dessa discussão, quer para a colheita de opiniões que para o próprio esclarecimento das organizações sobre as questões que preocupam o nosso Partido.

Mas a característica fundamental da discussão no Partido acerca do Programa Eleitoral é o interesse com que ela foi travada e a magnífica resposta dada pelas organizações, pelos membros do Partido.

Foram recolhidas bastante mais de 700 sugestões, reparos, críticas. Pode calcular-se que mais de 70% dessas opiniões foram contempladas no projecto hoje apresentado à Conferência.

É fácil verificar, comparando o projecto inicial com o actual documento, que há muitas di-

ferenças: na própria estrutura, em muitos dos pontos que apresentam, mesmo em alguns aspectos centrais.

Todas estas transformações se devem ao grande trabalho colectivo que foi realizado pelos membros do Partido.

Importa salientar que o traço que domina a apreciação das críticas colhidas é o da sua aceitação. Cada organização, célula, ou camarada de que chegou um conjunto de sugestões ou reparos, encontrou no projecto apresentado à Conferência algo da sua contribuição.

Algumas faltas importantes que existiam no primeiro projecto foram preenchidas. Desenvolveram-se mais e melhor muitos dos seus pontos. Foi incluído um capítulo novo, sobre a democratização da instrução e da cultura. Foi substituído um dos capítulos por um final conclusivo. Uma das frases apresentadas como nota central só subsiste agora no texto como expressão secundária. Uma nova expressão nasceu da discussão travada — com o PCP para uma maioria de esquerda.

Alguns reparos e sugestões não foram atendidos. Trata-se duma percentagem pequena: menos de 30%. Nesta percentagem estão incluídas algumas opiniões que levariam a desequilibrar os diversos pontos que o programa eleitoral apresenta ou a dar a este um conteúdo demasiado exaustivo ou pormenorizado. Incluem-se naquela percentagem certas sugestões que só poderiam ser aproveitadas se fosse possível uma maior exploração, incompatível com o tamanho do documento.

Ainda se incluem naquela percentagem algumas críticas à utilização de certas expressões. Isto não significa que não tivessem sido aceites reparos deste tipo; foram-nos e em muitos casos. Mas, como é compreensível, pode-se exagerar a preocupação com a falta de conhecimento e de politização de certos meios. O nosso programa eleitoral é o único, não pode ter uma expressão numas regiões e outra expressão noutras. Embora se deva ter em conta o nível cultural médio, não se deverá ceder demais à concepção que salienta o atraso de certas cama-

das e de certas regiões. Naturalmente que, tendo em conta a situação concreta em cada sector, haverá que tomar as medidas adequadas para divulgar da melhor forma o programa aqui aprovado com as explicações e concretizações que melhor possam ajudar a sua compreensão.

Finalmente fazem ainda parte das opiniões não incluídas no texto algumas que são particularmente controversas. Referimos um único exemplo:

Algumas opiniões sugeriram a modificação do título do capítulo «PCP — O Partido dos Trabalhadores», por «PCP — O Partido da classe operária e de todos os trabalhadores». Esta questão já fora discutida na reunião do CC de 14 de Fevereiro. A manutenção da expressão Partido dos trabalhadores não tem nada a ver com a pretensa «abdicção» da noção de partido da classe operária, como foi referido numa das críticas feitas. Na verdade, no texto se afirma claramente que o PCP é o partido e a vanguarda da classe operária. A preocupação que se tem é a de dar especial saliência a um título que, mercedemente, o nosso Partido ganhou durante o regime fascista. Evidentemente que os títulos, por mais mercedosos que sejam, podem merecer. Não desejamos que tal suceda. Devemos fazer tudo para que o nosso Partido, com toda a razão, sendo como é o Partido da classe operária, continue a ser o Partido dos Trabalhadores, isto é, o Partido com maior influência e implantação não só na classe operária mas nos trabalhadores em geral.

A próxima campanha eleitoral e, por isso este Programa aprovado na Conferência sem dúvida que terá de ter uma preocupação importante — a de fortalecer a ligação do Partido com os trabalhadores, a de reforçar a aliança da classe operária com as mais largas massas trabalhadoras, a de aumentar ainda a razão que nos assiste em gritar que o nosso Partido é o Partido dos Trabalhadores.

A experiência colhida nesta apreciação do programa eleitoral pelas organizações do Partido conduz-nos a algumas conclusões que poderão servir



para semelhantes no futuro.

Em primeiro lugar é preciso ter em conta que para chegar a toda a nossa organização que tem já uma dimensão de massas, é indispensável um tempo mínimo entre a distribuição dum documento e a recepção das opiniões sobre ele. Menos de um mês, mês e meio, cria dificuldades impossíveis de ultrapassar em relação a certas organizações.

Em segundo lugar, embora devendo ter em conta a importância de não haver fugas extemporâneas de determinações documentais, tem de se alargar a distribuição do projecto a muitos mais camaradas responsáveis, particularmente nas regiões em que as organizações atingem já uma expansão notável.

Em terceiro lugar, sempre que se coloca a necessidade de discutir amplamente no Partido um dado projecto de documento, as Direcções de Organização Regional, as Comissões Distritais, as Comissões Concelhias, todos os organismos do partido deverão proceder a um esforço complementar para levar o mais longe possível a sua discussão. A experiência mostra claramente que não há uma organização ou militante que não tenha uma contribuição a dar e que tais discussões colectivas refo-

ANIVERSÁRIO  
Avante!  
uma revista  
comemorativa  
do 45.º ano  
de publicação

# REVOLUÇÃO E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Conforme salientou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, a prática da Revolução confirma o que o nosso Partido sempre afirmou: a soberania e independência nacionais implicam a liquidação dos monopólios e latifúndios, assim como a libertação dos povos coloniais

A intervenção do camarada Alvaro Cunhal e o Programa Eleitoral que estamos a discutir, e que será certamente aprovado, representam uma justa análise da marcha e das perspectivas da nossa revolução democrática e nacional.

A marcha da nossa Revolução é a expressão da heróica luta dos trabalhadores e da aliança Povo-MFA na luta contra a reacção e o domínio imperialista, na luta pelas liberdades e em defesa da independência nacional. E o PCP é o Partido da Independência Nacional.

O carácter nacional e anti-imperialista da nossa Revolução aparece claramente vincado na luta pela liquidação do poder dos monopólios e latifúndios, ao mesmo tempo que se processava a liquidação do domínio colonialista multissocial de Portugal sobre outros povos.

A prática da nossa Revolução comprova de forma bem clara o que o nosso Partido sempre afirmou: a soberania e independência do nosso país implica, obrigatoriamente, a liquidação dos monopólios e latifúndios, assim como a libertação dos povos coloniais.

A libertação dos povos das antigas colónias e a consequente formação de Estados independentes na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, e mais recentemente em Angola, significa que a correlação de forças no Continente africano passou e está a passar por

profundas modificações, a favor das forças da democracia e anti-imperialistas, e que essas mesmas modificações representam uma histórica contribuição para a efectiva libertação do nosso próprio povo do domínio dos monopólios e do imperialismo.

O nosso país não podia ser um país livre enquanto oprimisse outros povos. A histórica batalha à volta da libertação das antigas colónias foi definitivamente ganha. É uma vitória irreversível que foi ganha pela acção conjugada do povo de Portugal e dos povos das antigas colónias portuguesas e que teve o apoio dos povos progressistas, muito especialmente da União Soviética.

O nosso Partido, o PCP, pode afirmar com imenso orgulho que foi o único Partido que ao longo de anos e anos sempre defendeu uma política de verdade e consequente posição internacionalista de apoio a essa luta.

Aqueles que tudo fizeram para impedir ou retardar a independência das antigas colónias, e em especial de Angola, os que se opuseram ao reconhecimento do Governo da República Popular de Angola, são precisamente os mesmos que estão a agir com vistas a restabelecer no nosso país o poder dos monopólios e dos latifúndios.

O imperialismo, os monopólios estrangeiros e os seus agentes ou serventários esforçam-se para repor no poder o sistema monopolista de Governo, esforçam-se para de novo comandarem a economia do nosso país e

determinarem a nossa própria política.

Há poucos meses atrás, os monopólios e Governos capitalistas da Europa e Estados Unidos, recusavam-se a fazer empréstimos ou investimentos no nosso país e tudo faziam para sabotar a nossa economia. Por várias vezes se anunciaram empréstimos que não se concretizavam — designadamente da RFA — o que representava uma ignóbil pressão e chantagem política sobre o nosso país. Houve casos em que se chegou a afirmar que tais empréstimos ficavam suspensos «enquanto a situação política não se esclarecer».

## MUDANÇA DE ATITUDE

Depois do 25 de Novembro, surgiram alguns empréstimos. Um deles, feito por um banco norte-americano, envolve a condição de financiar 90% das aquisições a fazer obrigatoriamente nos Estados Unidos. Quer dizer: o banco dos Estados Unidos faz um empréstimo, dele obtém juros e ainda por cima obriga a comprar a eles o que eles

querem vender. É difícil ser-se mais generoso!... Duvido que a esposa de determinado ministro do actual Governo aceitasse condições para os seus negócios ou compras domésticas...

Noutro caso, o Banco Central da RFA faz um empréstimo com a condição de ser feito um depósito em ouro, pelo Banco de Portugal, como garantia de pagamento. Quer dizer: a equipa formada e chefiada pelo sr. ministro das Finanças e da qual fazem parte destacadas figuras que sempre se opuseram às nacionalizações, promove a entrada de dólares, marcos, francos ou coroas pelos quais se pagam juros que se ignora o seu montante, mas mesmo assim é preciso fazer sair ouro como forma de garantia.

Alguns dos «generosos» e «beneméritos» chefes de partidos e Governos que assim procedem para com a nova democracia portuguesa, encontram-se desde ontem no Norte do País, a convite do PS, para participarem numa chamada «cimeira socialista».

Tal cimeira está a encontrar uma fútil oposição por parte do PPD do dr. Sá Carneiro. Esse descontentamento do

PPD não é, porém, gerado pela consideração de que tal cimeira, nas circunstâncias em que se realiza e em plena campanha eleitoral, representa uma grosseira interferência nos assuntos internos do nosso país. A barulhenta oposição do PPD à cimeira deve-se à competição existente entre o PS e o PPD sobre qual deles é que tem a primazia das boas graças da social-democracia europeia e dos próprios círculos governantes dos Estados Unidos. Talvez se possa afirmar que na Europa é o dr. Mário Soares que está a ganhar a competição, mas no que se refere à China de Mao Tsé-tung, aí é o dr. Sá Carneiro e o sr. Vilar, seu novo aliado, do chamado m-l, que têm a primazia.

A dependência moral e política relativamente ao imperialismo e monopólios em que se colocam certos dirigentes ou partidos políticos, vai ao ponto de de oporem à inclusão no Governo de homens, reconhecidamente independentes, só porque esses homens não têm a simpatia, mas sim o desagrado das chancelarias de certos Governos.



Esta dependência, assim como as recentes declarações do general americano Haig, comandante-em-chefe das forças da NATO na Europa, que considerou ser inaceitável haver comunistas a participar em governos da Europa Ocidental (decerio que o sr. Haig desejava também poder incluir a Europa Oriental) são intoleráveis intervenções nos assuntos internos de qualquer país. Tais declarações levantaram um clamor de protestos até dos socialistas franceses que há dias e em unidade com os comunistas da França, obtiveram um importante sucesso eleitoral.

O silêncio aprovativo por parte do CDS, PPD e do próprio PS, ante as afirmações do general Haig significam uma posição de identificação ou subserviência política frente

aos interesses e posições do imperialismo e da reacção em geral. Tais posições são intoleráveis e inadmissíveis para todos os que prezam a dignidade e a independência nacional. O nosso povo, o nosso país têm pleno direito a escolher livremente o Governo e o regime político e social que mais lhe agrada. E a nós, portugueses, e não aos Haigs e Kissingers de todos os matizes, que cabe decidir se Portugal deve caminhar rumo ao socialismo.

A luta contra a recuperação capitalista, a luta contra as tentativas de pôr em causa as nacionalizações e a Reforma Agrária, é parte integrante da luta pela independência nacional. Não há efectiva independência nacional sem a liquidação dos monopólios e dos latifúndios, aliados do capital estrangeiro.

A luta pela consolidação da democracia rumo ao socialismo é indissociável da luta contra o domínio do

imperialismo e por uma real soberania e independência nacional.

O estabelecimento ou o alargamento das relações com todos os povos e países, na base dos interesses mútuos de cada país; o desenvolvimento das relações comerciais e em todos os domínios com os países socialistas; o rápido estabelecimento de sinceras relações de cooperação e amizade com os novos Estados independentes anteriormente submetidos ao colonialismo português, na base de uma completa igualdade, tudo isso faz parte de uma mesma frente de luta contra a reacção, contra os monopólios, contra o imperialismo.

O nosso Partido, o PCP, efectivamente, o partido da independência nacional.

Viva o internacionalismo proletário e a amizade com todos os povos!

Viva o Partido Comunista Português!

## O TRABALHO DO PARTIDO EM LISBOA

O trabalho e acção do Partido na região de Lisboa foram expostos na Conferência pela camarada Georgette Ferreira, do Comité Central

(...) Todo o esforço exigido à organização do nosso Partido para defender, consolidar e desenvolver o Movimento Operário e Popular da investida da direita contra as grandes conquistas da Revolução — as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, — revelaram que a Organização do nosso Distrito, tal como todo o Partido no seu conjunto, era a única e verdadeira vanguarda revolucionária das massas trabalhadoras no momento de ascenso da luta de massas. Só uma grande organização, estreitamente ligada às massas populares, poderia dirigir a importante batalha da produção, recuperando para a economia nacional centenas de empresas deixadas à beira da falência e da ruína pelo patronato sabotador e contra-revolucionário. Só uma grande organização, profundamente unida no pensamento e na acção, poderia ter organizado e dirigido, quantas vezes em escassas horas, as grandes respostas contra a ofensiva das direitas, como as grandes Jornadas de 18 de Setembro, no Parque Eduardo VII, levadas a efeito pelas Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, e onde os comunistas tiveram um papel determinante.

Só uma grande organização em estreita ligação com as massas, poderia levar a cabo as importantes Jornadas Unitárias de 16 e 23 de Novembro, no Terreiro do Paço e em Belém. Só uma grande organização como a nossa estava à altura de apoiar e participar activamente nas grandes paralisações e manifestações dos metalúrgicos e construção civil, que envolveram centenas de milhares de trabalhadores.

A complexa situação criada ao processo revolucionário pela derrota da esquerda militar e da esquerda em geral, no 25 de Novembro, revelou que a organização do nosso Partido na região de Lisboa, não só estava à altura das suas responsabilidades nos momentos de ascenso do processo, mas também para organizar o recuo, dirigir as forças revolucionárias da classe operária e populares na nova situação criada, com vista a travar o passo à reacção, defender as conquistas fundamentais, alargar a unidade e a acção que permitisse tomar a ofensiva que leva à consolidação do estado democrático a caminho do socialismo.

É ao nosso Partido que as massas, em momentos de confusão, recorrem em busca de orientação segura para as suas lutas, quer no que respeita à carestia da vida, à ofensiva do patronato para a recuperação capitalista das empresas ou pelo cumprimento da contratação colectiva.

## TRABALHADORES DO SUL COM O PCP

O camarada Américo Leal, do Comité Central, referiu os grandes progressos da organização dos trabalhadores na margem sul

Intervindo em nome da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS), Américo Leal começou por referir-se à actividade no sector industrial do distrito: «... nomeadamente nos ramos da construção naval, da química, da siderurgia, dos transportes, da cortiça e da construção civil, os trabalhadores vigilantes contra a sabotagem económica por parte dos grandes industriais e em defesa das conquistas da Revolução, impuseram a nacionalização e o controlo de grandes empresas e lutam pela normalização da laboração das mesmas, assegurando assim trabalho e riqueza para o país.

Particularmente após o 25 de Novembro, há forças que procuram criar novas dificuldades nos vários ramos da indústria, do comércio e dos serviços. São os trabalhadores, consequentes lutadores em defesa dos interesses nacionais, que desmascaram os diversos tipos de sabotagem, que se opõem aos saneamentos à esquerda e impedem a quebra da actividade laboral.

Nas empresas nacionalizadas, a sabotagem do grande capital estrangeiro faz-se sentir, criam-se dificuldades à exportação e a importação é preferenciada; os pescadores da sardinha e os operários conserveiros, vítimas da ausência duma rede de frio e de protecção às respectivas indústrias, foram seriamente afectados. Apesar da grande carência no campo da habitação, a crise na construção civil agudiza-se por falta de medidas e protecções adequadas.

Depois de afirmar que «é na luta contra as manobras do grande capital e dos partidos que o apoiam os trabalhadores cimentam a sua unidade e o nosso Partido tempera a sua força e reforça a sua base de apoio», referiu a forte implantação do PCP no distrito de Setúbal.

«Com a participação dos comunistas tiveram lugar em todos os concelhos do distrito as primeiras assembleias populares. Numa ampla participação de massas em cada concelho, as assembleias populares discutiram e assentaram lutar pela satisfação dos principais problemas económicos e sociais que lhes dizem respeito, conseguindo, em alguns casos, solução para os mesmos.

Nas autarquias locais, as Comissões Administrativas das Câmaras, de forte influência de esquerda e eleitos pelo povo em amplas assembleias populares, desenvolvem, enfrentando mil dificuldades um largo trabalho com particular destaque para o sector de habitação, promovendo a construção de casas de renda económica.

Apontando a actividade da reacção, lembrou diversas provocações feitas contra o Partido e passou, de seguida, à questão da Reforma Agrária: «A Reforma Agrária é, no nosso país, das conquistas mais importantes e profundas da Revolução Portuguesa.

No distrito de Setúbal, as expropriações atingem mais de 100

mil hectares. Oitenta e sete cooperativas estão formadas, integrando-se nelas muitos seareiros, reendeiros e pequenos produtores agrícolas.

Há terra distribuída a reendeiros e pequenos agricultores, que resolveram cultivá-la em separado.

Neste momento, a área cultivada pelas cooperativas no que respeita às culturas de Primavera, representa um aumento de 3 vezes mais em relação a 1974.

O parque de máquinas, graças à solidariedade dos trabalhadores portugueses e doutros países, aumentou.

Tiveram há pouco a solidariedade dos trabalhadores da Alemanha Federal à Cooperativa «União Faz a Força»; os trabalhadores do Arsenal acabam de oferecer um tractor a uma cooperativa do distrito de Setúbal.

As dificuldades com que nos debatemos na agricultura, é uma herança que respeita à incuria, ao desinteresse e à sabotagem por parte dos latifundiários.

Foram eles que se desinteressaram de cultivar as terras; que dizimaram grande parte dos gados; que sabotaram as culturas e tentaram lançar fogo às searas.

Há ainda muitos pontos da Reforma Agrária por solucionar. Há reendeiros e pequenos agricultores que necessitam de créditos, de ajuda técnica, que carecem de sementes e adubos e precisam de mais terra para que possam viver da sua exploração.

A reacção nos campos, formada pelos ex-grandes agrários sabe disto, procurando enganar e mobilizar os pequenos e médios agricultores contra as cooperativas.

Os factos encarregam-se de mostrar que se trata duma manobra reacçãoária. No distrito de Setúbal, mais de 50 mil hectares pertencentes a grandes latifúndios, esperam ainda a decisão de expropriação.

A formação das cooperativas foi precedida de reuniões amplas e públicas nas povoações para discutir a formação e composição de cada cooperativa. Nessas reuniões a reacção não compareceu. Agora, passados meses, com a terra desbravada e cultivada, aparecem com a pele de cordeiro.

Não, respondem os camponeses do distrito de Setúbal. As cooperativas estão abertas a que outros façam parte. Não impedem e apoiam que outras terras com pontuação sejam expropriadas e entregues aos pequenos e médios agricultores. O que não podem aceitar, é que em nome da justiça, lhes roubem a grande conquista que é pertença do nosso povo, dos camponeses, dos trabalhadores, das forças progressistas e do MFA.

A finalizar, disse que o Partido está certo que o movimento popular de massas no distrito de Setúbal não consentirá que a reacção impeça o exercício das liberdades democráticas na próxima campanha eleitoral.

## AS ELEIÇÕES E A PROPAGANDA

A informação e propaganda do nosso Partido com vista às eleições analisada pelo camarada Aurélio Santos, do Comité Central

A intervenção do camarada Aurélio Santos foi dedicada ao tema da informação e propaganda do Partido, tendo Aurélio Santos começado por apontar os objectivos centrais que cabem a este trabalho ao Partido na campanha eleitoral: «Fazer uma grande campanha de esclarecimento político das mais amplas massas; alcançar para o nosso Partido o maior número de votos possível, de modo a impedir uma maioria da direita reacçãoária que abrisse caminho a uma nova ditadura e tornar possível uma maioria de esquerda consistente e um governo de esquerda que assegure as conquistas da Revolução iniciada em 25 de Abril.»

Aurélio Santos referiu depois a luta pela criação de condições para uma ampla liberdade de expressão do pensamento, de informação, de opinião e de crítica travada após o 25 de Abril, e a contra-ofensiva oposta pelas forças da direita e da reacção neste campo: «Mistificar, desorientar, lançar a confusão, desmobilizar, paralisar as massas trabalhadoras e populares, desarmá-las politicamente — tornou-se para as forças reacçãoárias uma condição necessária para passar depois à fase seguinte da sua conspiração contra a democracia, a liberdade e as conquistas da Revolução.»

O camarada Aurélio Santos apontou em seguida as tarefas e responsabilidades que, nesta situação, recaem sobre o trabalho de informação e propaganda do PCP: «Uma vez mais é sobre o nosso Partido — o grande Partido da esquerda, o Partido da verdade e da liberdade — que recai o peso principal da grande tarefa de contrapor uma informação exacta e uma análise correcta às campanhas de desinformação e intoxicação das consciências, destinadas a abafar a liberdade de opinião e o direito à crítica. Uma vez mais é ao nosso Partido que cabe a honrosa tarefa de ser o campeão da luta pela liberdade de expressão do pensamento, contra uma imprensa privada dominada pelas forças de direita e da reacção e contra a monopolização dos meios de comunicação social do Estado pelos partidos que se proclamavam porta-bandeiras do pluralismo para cobrir o assalto aos órgãos de informação. Todo o trabalho de informação e propaganda do nosso Partido tem agora de ser associado a essa luta — sem deixar de ter como objectivos fundamentais o esclarecimento do povo português, a adesão das massas populares à política do Partido e a sua mobilização para a luta pela consolidação da democracia e das outras grandes conquistas da Revolução Portuguesa. Temos de procurar fazer chegar o esclarecimento e o conhecimento das posições do nosso Partido a todos os trabalhadores, a todo o povo, combatendo os preconceitos anticomunistas que a reacção, com a sua propaganda caluniosa e provocatória, quer nas velhas fórmulas vindas dos tempos do fascismo, quer em novos moldes no post 25 de Abril, conseguiu infiltrar em camadas relativamente amplas da população, para mais facilmente manter sobre elas o seu domínio. Isso exige um esforço constante para sermos, nas nossas palavras e nos nossos documentos, mais sensíveis a tudo o que se refere à vida dos trabalhadores e do povo, para sabermos captar, em cada momento, rapidamente, os problemas sociais, políticos e ideológicos que se colocam, e para os conseguirmos tratar com um espírito combativo, mas ao mesmo tempo sereno, aberto e acessível. Não basta que façamos a difusão das linhas gerais da política do nosso Partido, do seu Programa, da sua acção. É preciso também dar-lhes uma forma viva, formulando, na boa altura, a boa explicação, a partir dos problemas que mais preocupam as massas populares. E isso exige que estejamos sempre atentos à qualidade da nossa argumentação, e que tenhamos em conta a necessidade de ser compreendidos por aqueles a quem nos dirigimos.»

Depois de fazer um balanço da actividade de informação e propaganda do Partido, dos esforços para elevar a qualidade dessas tarefas, o camarada Aurélio Santos indicou as três direcções fundamentais que se colocam à propaganda do PCP na campanha eleitoral: «A primeira é confirmar e consolidar a adesão ao nosso Partido dos mais de 700 000 portugueses e portuguesas que, a 25 de Abril do ano passado, manifestaram através do voto a sua confiança no PCP. A segunda é esclarecer aqueles que, enganados, ainda olham com desconfiança para os comunistas, mas que, quando tiveram uma informação verdadeira e um conhecimento directo do que é o Partido Comunista Português e do que ele tem feito e faz pelo bem do povo português, poderão vir também para o nosso lado. A terceira é unir, à volta dos candidatos do PCP todos aqueles homens e mulheres progressistas que, embora não sendo comunistas nem tendo votado PCP, é com o PCP que tem a possibilidade de voto útil e seguro na esquerda, é no PCP que têm o único voto seguro contra a reacção, o único voto seguro contra a exploração e pela defesa dos interesses e conquistas dos trabalhadores, o único voto seguro pela independência nacional, o único voto seguro pela consolidação e desenvolvimento de democracia rumo ao socialismo.»

O camarada Aurélio Santos terminou a sua intervenção exortando: «Vamos dar vida à palavra de ordem central da nossa Conferência Nacional: COM O PCP — PARA UMA MAIORIA DE ESQUERDA.»

ANIVERSÁRIO  
Avante!

uma revista  
comemorativa  
do 45.º ano  
de publicação

ANIVERSÁRIO  
Avante!

CAMPANHA DE FUNDOS

EDIÇÃO  
ESPECIAL  
DO  
Avante!  
EM FORMATO  
DE  
REVISTA

Pedidos a:  
CDL — Central Distribuidora Livraria, R. Pedro Nunes, 9-A,  
Lisboa-1

# AS OPÇÕES PARA A NOSSA ECONOMIA

**A única via para relançarmos a nossa economia e melhorar o nível de vida dos trabalhadores é retomarmos uma política económica progressista, empreender a construção duma nova economia rumo ao socialismo, para a qual existem já os alicerces fundamentais — salientou o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC**

Não permite o tempo disponível analisarmos aqui, com a necessária extensão a situação económica nacional e internacional. Limitar-me-ei, pois, a enunciar os traços característicos gerais da conjuntura económica mundial e nacional e a procurar clarificar as consequências das opções económicas possíveis, na encruzilhada em que nos encontramos.

A característica dominante da conjuntura económica nos países capitalistas é, sem contestação possível, o aprofundamento da já longa crise económica, em que cada vez mais desesperadamente se debatem esses países. Confirmou-se, assim, plenamente a caracterização e o prognóstico feitos no nosso VII Congresso. Alguns números bastam para o demonstrar. Como é sabido, a variação do produto industrial e do desemprego são os indicadores mais expressivos das crises. Ora, em 1975, (e relativamente a 1974) o produto industrial baixou 9% na RFA; 11% em França; 12% na Itália; 7% na Holanda, 12% na Bélgica; 5% na Inglaterra, etc.

No nosso VII Congresso caracterizámos a situação dos países capitalistas desenvolvidos como sendo de «profunda recessão económica» acompanhada de «forte surto inflacionista», o que, dizíamos, iria dificultar enormemente a recuperação da recessão, agravando, por consequência, ainda mais a situação nesses países.

Hoje já não é de recessão apenas que se pode falar, mas sim de crise económica caracterizada. Na verdade, se em 1974, no conjunto dos países da CEE, o produto industrial ainda tinha crescido 0,6%, em 1975 a diminuição absoluta foi de 8,9%, facto que por si só reflecte bem a profundidade desta crise. A situação nos EUA é semelhante, e o chamado milagre económico japonês já deu o tinha a dar: acabou. A situação no Japão é por agora de estagnação económica e as perspectivas são bastante escuras, como para todos os países capitalistas.

Quando do desemprego, aumenta em todos os países

em que predomina o capitalismo monopolista de Estado. Assim, nos chamados países industrializados (18 países da Europa, EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia) o número de desempregados que em Setembro de 1974 era de 11 milhões, passou para 17 milhões em Setembro de 1975. O que este frio número significa de situações dramáticas para 17 milhões de desempregados e para muitos familiares, sabem-no bem aqueles que já alguma vez perderam o seu emprego.

Em todo o mundo capitalista, quer nos países desenvolvidos, quer nos países que ficaram subdesenvolvidos devido à exploração imperialista dos primeiros, a fome, doença, miséria. E, contudo, milhões e milhões de homens sem trabalho, máquinas paradas, terras por cultivar. Sem dúvida que o capitalismo é, nos dias de hoje, em que a sociedade socialista se mostra infinitamente superior, uma aberração histórica que já quase ninguém ousa teoricamente defender, mas que de facto é tenazmente defendido por todos os privilegiados e seus lacaios, alguns dos quais usam o rótulo de sociais-democratas e outros até de socialistas.

## RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Mas voltemos à conjuntura económica. Ao lado da crise económica que se aprofunda, uma forte inflação (todos os números conhecidos o atestam) continua a caracterizar a conjuntura económica dos países capitalistas desenvolvidos. Os governos dos países capitalistas têm-se mostrado totalmente impotentes para deter esta vaga inflacionista, que não só degrada dia a dia o nível de vida dos trabalhadores, como dificulta enormemente qualquer tentativa de recuperação da crise económica.

Em resumo e abreviando: é francamente má a situação económica nos países capitalistas e bastante

sombrias as perspectivas imediatas.

E nos países socialistas? Nos países socialistas europeus a situação é totalmente inversa. Naturalmente que se não pode falar de boom numa economia planificada. Mas se a expressão pudesse ser usada, seria desse modo que teríamos de caracterizar a situação económica actual nos países socialistas. A produção industrial e agrícola aumenta a elevados ritmos, o nível de vida dos trabalhadores (incluindo os aspectos económicos, sociais e culturais) melhora dia a dia.

A superioridade do sistema socialista relativamente ao capitalismo é cada vez mais patente para os trabalhadores de todo o mundo.

Em todos os países capitalistas a opção entre capitalismo e socialismo está na ordem do dia. Naturalmente que a vitória final do socialismo é absolutamente certa, e, para muitos países, certa a curto prazo, pois a correlação mundial das forças é agora extremamente favorável ao campo socialista.

O desfecho das guerras do Vietname, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola reflecte bem a nova correlação de forças à escala mundial.

Também em Portugal a luta de classes em torno destas opções, embora apresentando-se com características próprias (como sempre se apresenta em cada país concreto) assume neste momento extrema acuidade. O nosso dilema imediato é: ou edificação de uma nova economia rumo ao socialismo, ou recuperação capitalista das principais conquistas económicas da Revolução, com todas as inevitáveis consequências de agravamento da situação económica dos trabalhadores e a perda das liberdades democráticas.

A simples observação da conjuntura económica nacional, nas condições complexas de zigue-zague da Revolução Portuguesa, é já suficiente para mostrar ao povo trabalhador qual dos caminhos lhe convém.

Na verdade a conjuntura económica nacional

caracteriza-se pelo súbito agravamento de toda a situação económica a partir de Outubro/Novembro, isto é, a partir do início da política de recuperação capitalista empreendida por ministros do PPD e PS que fazem parte do VI Governo.

São conhecidas as condições em que decorreu a vida económica portuguesa desde o 25 de Abril de 1974 até Outubro/Novembro de 1975: necessidade de fazer frente ao eminente caos económico em que a política fascista (agravada pelas guerras coloniais) ia lançando o nosso país; repercussões da crise económica mundial na economia portuguesa; guerra de sabotagem económica levada a cabo por monopolistas e latifundiários até ao seu desapossamento; sabotagem realizada pelo aparelho estatal nunca depurado e de contra-revolucionários lacaios dos grandes capitalistas; intensa sabotagem económica internacional praticada pelos imperialistas; obstaculização, por parte de vários ministros do PPD e PS e outros que sobraçaram pastas económicas, a realização duma política económica progressista (deve dizer-se que o PCP nunca teve a responsabilidade de tais pastas); naturais dificuldades próprias de um período de transformação revolucionária das estruturas.

Apesar de todo este quadro extremamente desfavorável, pode dizer-se que a política económica prosseguida pelos governos provisórios depois do 25 de Abril, e particularmente depois do 11 de Março, constitui um grande êxito.

## MONTAGEM PROPAGANDÍSTICA

A inflação galopante de antes de 25 de Abril foi contida e os preços estavam praticamente estabilizados aquando da posse do VI Governo. A política de abastecimento dos mercados foi um notável sucesso; o nível de vida dos trabalhadores melhorou bastante com o estabelecimento do salário

mínimo, a subida geral de salários e a conquista de outras regalias. O alargamento do mercado interno proveniente de tal subida, as medidas de intervenção estatal em muitas empresas, as nacionalizações, a gestão operária, o heróico sacrifício, o trabalho abnegado de centenas de milhares de trabalhadores, o apoio bancário depois (da nacionalização dos bancos, a justa política do Ministério do Trabalho, permitiram em tão adversas condições, impedir o encerramento de centenas de empresas e o consequente desemprego. Foi, foi sem dúvida, um êxito notável o facto da baixa de produção industrial em 1974 ter sido bastante inferior (talvez 3 a 4% segundo os números até agora disponíveis) à baixa verificada em todos os países da CEE.

Quando à produção agrícola ela subiu substancialmente em 1975 na zona da Reforma Agrária. Pela primeira vez, desde há muitos anos não é necessário este ano importar trigo.

O déficit da balança comercial em 1975 foi de 8 milhões de contos menor que em 1974. Em resumo, a tese do caos económico propagada por Spínola e Sá Carneiro e retomada mais tarde por Mário Soares para atacar o IV e V Governos, não passava de uma monstruosa montagem propagandística. Sem dúvida que a situação económica nacional, devido aos condicionamentos atrás referidos, tem sido difícil após o 25 de Abril e é notória a falta de realização prática de uma política capaz de beneficiar rápida e substancialmente os pequenos e médios agricultores (apesar das leis do arrendamento rural, baldios, foros e outras). Mas a verdade é que a política económica dos Governos Provisórios até ao sexto foi um grande êxito e não um fracasso como pretendiam e pretendem aqueles que confundem e confundem os seus desejos com a realidade.

E pode dizer-se com inteira verdade que, aquando da queda do V Governo estavam já criadas condições para o começo duma reestruturação duma economia nacional rumo ao socialismo que iria permitir o

definitivo relançamento da economia nacional.

Mas o que se passou depois da viragem à direita e da política de recuperação capitalista empreendida por ministros das pastas económicas do VI Governo?

Todos os organismos que garantiam o normal abastecimento do mercado e a contenção dos preços foram liquidados (com a suspensão dos homens progressistas e competentes que os dirigiam) ou totalmente marginalizados pelo Ministro do PPD.

Os preços sobem agora em flecha, e no mercado vai faltando tudo, ao mesmo tempo que se não escoam do produtor os produtos agrícolas. Voltamos ao reino dos grandes intermediários capitalistas a dominarem o mercado, tal como acontecia antes do 25 de Abril.

Congela-se a subida de salários, o que numa tal situação se traduz imediatamente num intenso agravamento do nível de vida dos trabalhadores.

Por sujeição aos imperialistas e para prosseguir uma política contra o MPLA, condenada ao fracasso, ludibriaram-se os portugueses residentes em Angola, prometendo-se-lhes a derrota do MPLA e incitando-os ao retorno a Portugal.

Deste modo se agrava enormemente o desemprego.

## SUBMISSÃO AO IMPERIALISMO

Entrega-se a banca a lacaios dos antigos banqueiros e o mesmo se vai fazendo com empresas nacionalizadas. Procura entregar-se as empresas com intervenção do Estado ou geridas pelos trabalhadores aos antigos patrões que as levaram às portas da falência só evitada pela anterior política do governo, da banca e pelo tremendo esforço dos trabalhadores. Quando, como é o caso mais geral a resistência dos trabalhadores não permite tal entrega, criam-se as essas empresas dificuldades artificiais de administração e crédito. Nas nossas condições concretas esta política de recuperação capitalista levará em linha



recta ao encerramento de muitas empresas, ao desemprego, ao desastre económico.

No plano das relações económicas externas volta-se à política de submissão ao imperialismo, com consequências desde já gravíssimas. Fez-se enorme especulação acerca da hipotética exaustão futura de reservas de ouro e divisas devido ao déficit da balança de pagamentos. A verdade é que em 30 de Setembro de 1974 existiam ainda 12 milhões e meio de contos de divisas e conservavam-se intactas as nossas 860 toneladas de ouro. Tendo em conta o valor real do ouro, estas reservas chegavam para aguentar a situação cambial durante mais de 4 anos ainda que se mantivesse o déficit de 25 milhões de contos da balança de pagamentos verificado em 1975. E o que sucedeu desde então? Garantiram-se com ouro empréstimos de curto prazo, que nem no tempo do fascismo se fazia. Devido a esta ruína política, é ponto assente que já se perderam de facto um terço das nossas elevadíssimas reservas de ouro. Agora são os credores do tempo do fascismo que igualmente exigem a cobertura em ouro dos empréstimos que então fizeram.

Prevêem os peritos que, por este andar, no fim deste ano não teremos ouro nem divisas, o que inevitavelmente acarretaria a mais negra fome para o nosso país cuja balança comercial é altamente deficitária. Eis no que está a dar a excepcional competência do Ministro das Finanças e a política de ajuda dos imperialistas que agora tão facilmente nos estão a conceder empréstimos. O objectivo dos imperialistas é claro: conseguir a sujeição

completa do nosso país no mais curto período de tempo. Fazer frente a tal política é uma exigência de luta pela independência nacional.

A breve análise da evolução da conjuntura económica nacional ilustra claramente duas perspectivas, dois caminhos, um dilema: — ou prosseguir e se acentua a política de direita e de plena recuperação capitalista (até aqui não conseguida, pois se mantém no essencial as nacionalizações e a Reforma Agrária) e teremos não o «milagre económico» mas o «desastre, o desemprego generalizado, a inflação galopante, a repressão sobre os trabalhadores, o regresso dos monopolistas e latifundiários e, consequentemente, o fascismo» — o exemplo do Chile é ilustrativo — ou retomamos uma política económica progressista e empreendemos uma política de construção duma nova economia rumo ao socialismo para a qual existem já os alicerces fundamentais. Esta é a única via para relançarmos a economia portuguesa e, ao mesmo tempo, melhorarmos sem cessar o nível de vida da classe operária e de todo o povo trabalhador do campo, das cidades e mar.

Mas para isso é indispensável a vitória eleitoral da esquerda com uma maioria o voto para o PCP, para que o PS não possa fugir à aliança que todos os trabalhadores conscientes reclamam.

Votar no PCP é o voto seguro numa economia rumo ao socialismo.

Viva a unidade de todas as forças progressistas!

VIVA O PCP!

# ÁLVARO CUNHAL: DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Camaradas, a nossa Conferência Nacional terminou o debate, iniciado nas organizações, discutindo o Projecto do Programa Eleitoral do Partido Comunista Português. Foi uma boa discussão, mas teve deficiências. Naturalmente que nós valorizamos os lados positivos mas teremos em conta a experiência dessas deficiências. Para a próxima vez, faremos melhor. Também, no que respeita à discussão havida na nossa própria Conferência Nacional, houve deficiências. Lamentamos que, por mau cálculo de tempo, tanto dos organizadores da Conferência como dos próprios camaradas que deviam intervir, tenham ficado muitos camaradas com as intervenções escritas e sem terem tido ocasião de as lerem nesta tribuna. É uma deficiência que em trabalho futuro teremos em conta. Eu proponho, se a Conferência estivesse de acordo, e não é para emendar esta deficiência mas para não perder o trabalho dos camaradas que fizeram as intervenções — que, no caso de publicarmos um volume sobre esta Conferência, nele sejam inseridas as intervenções dos camaradas que as escreveram e que as não puderam ler.

Os delegados a esta Conferência trouxeram as opiniões das organizações respectivas sobre os problemas inseridos no Projecto mas trouxeram alguma coisa mais: trouxeram a vida, a acção, as preocupações, a luta do Partido, das organizações, dos militantes e, com a luta do Partido, a luta da classe operária, das massas populares para a defesa da nossa democracia, para assegurar a construção do novo Portugal democrático.

Ouvimos aqui camaradas de grandes empresas nacionalizadas. Elaram esses camaradas. Falaram-nos não só dos problemas de organização do sector dos petróleos, problemas de vendas de barcos no sector da construção naval, problemas dos adubos (preços e distribuição) e ainda do seu fornecimento às cooperativas, — de grandes problemas nacionais em cuja solução as nossas organizações e os nossos camaradas estão empenhados.

Falaram de casos de recuperação patronal, como é o caso da Têxtil Manuel Gonçalves, e de casos de tentativas de recuperação patronal como é o caso da

Covina, inserindo a actividade do Partido nas grandes preocupações dos trabalhadores e nos grandes problemas da vida nacional da hora presente. Delegados falaram dos problemas dos pescadores, dos problemas dos intelectuais, dos problemas das mulheres e da juventude, praticamente de todas as classes e camadas da população interessadas numa política antimonopolista, antilatifundista, anti-imperialista e na construção desse Portugal democrático numa perspectiva socialista em que o nosso Partido democrático numa perspectiva socialista em que o nosso Partido tanto insiste.

Ouvimos camaradas da zona da Reforma Agrária e esses camaradas falaram do esforço criador dos trabalhadores para a realização dessa grande obra revolucionária do nosso Povo que foi possível empreender depois do 25 de Abril. Os camaradas falaram de problemas como o aumento da produção, da rentabilidade; dos projectos de desenvolvimento, da gestão dos trabalhadores, das dificuldades dessa gestão — de todos os problemas de desenvolvimento de um novo sector da nossa economia voltado para o desenvolvimento económico, independente, sem a exploração do homem pelo homem, já com as marcas do futuro Portugal socialista que começam a germinar numa zona do nosso País. Ouvimos camaradas agricultores, pequenos e médios, do Norte e do Centro, exporem problemas diversos, problemas de preços, de mercados, de impostos, de foros, de baldios, problemas que afectam camadas muito numerosas da população trabalhadora dos campos no Centro e no Norte, mostrando como o nosso Partido está inserido no coração dos próprios problemas e na condução da luta de camadas tão amplas da população trabalhadora do nosso País.

Em toda a parte os comunistas empregam as suas energias, os seus esforços, as suas capacidades, com abnegação e sacrifício sincero, para encabeçar, para dirigir, para orientar, para facilitar, para ajudar a luta do Povo trabalhador, as amplas camadas da população do nosso País na construção do Portugal democrático a caminho do socialismo.

Nós ouvimos, aqui, nesta tribuna, camaradas de zonas onde a actividade é difícil. Tão difícil que não se distingue muito da actividade do tempo do fascismo, com os perigos, com a repressão, com as ameaças, com as agressões, por vezes com a tortura e até com o assassinato, porque também já tem havido assassinatos, nessas regiões. Ouvimos camaradas dos Açores, da Madeira, dos distritos do Norte, dos distritos do Centro e de alguns concelhos de distritos bem próximos da nossa capital, referindo as condições antidemocráticas, as perseguições aos comunistas, a ausência de liberdades em tão vastas zonas do nosso País. E creio, camaradas, que o nosso principal sentimento não foi o sentimento do perigo, o sentimento da dificuldade dos problemas que esses nossos camaradas terão de arrostar. Mas o sentimento predominante que ficou nesta Conferência foi, sim, a plena consciência que temos de que as nossas organizações, os nossos camaradas defrontarão esses perigos, defrontarão essas dificuldades com a confiança e a certeza de que acabarão por vencer.

A Conferência não se limitou, pois, a fazer o apuramento e a conclusão do debate sobre o Projecto do Programa Eleitoral, acabando por aprová-lo. Deu o panorama geral, embora naturalmentário, muito incompleto e fragmentado, da actividade do nosso Partido, da luta da classe operária, da luta dos trabalhadores da cidade, dos campos, das minas do mar, dos intelectuais, das mulheres, da juventude e de todas as classes e camadas da população interessadas na liquidação definitiva do poder dos monopólios, dos grandes agrários, do domínio estrangeiro sobre o nosso País. E mostraram essas intervenções, e mostra a vida do nosso Partido, e mostra a luta do nosso Povo que a campanha eleitoral é inseparável da luta em defesa das liberdades, da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, da luta em defesa das conquistas de Revolução, da luta em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, de tudo aquilo que se alcançou depois do 25 de Abril.

A Conferência aprovou o Programa Eleitoral do nosso Partido. Será um instrumento de acção política do Partido nas eleições. Na base desse Programa

nós, sem dúvida, desenvolveremos uma muito grande campanha política de massas. E porque a nossa política corresponde aos interesses, às aspirações e aos objectivos das massas populares, e porque a nossa política é a própria verdade, estamos certos de que muitos milhares de portugueses e portuguesas serão ganhos para a política do nosso Partido e descobrião que o seu partido é o Partido Comunista Português.

Os nossos objectivos, para a campanha eleitoral, estão claros. Por um lado, trata-se de impedir uma vitória eleitoral, uma maioria dos partidos reaccionários — PPD, CDS e outros partidos reaccionários da direita. Por outro lado, trata-se de tornar possível uma maioria de esquerda, uma maioria democrática. E para que essa maioria seja possível é indispensável alcançar uma grande votação no Partido Comunista Português — o partido da liberdade e da democracia, o partido dos trabalhadores, o partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, o partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o partido da democratização da instrução e da cultura, o partido da independência nacional.

Com a unidade de pensamento e de acção que caracteriza o nosso Partido, com a tenacidade, a combatividade, a coragem e a abnegação próprias dos comunistas, com a firme determinação de defrontar as dificuldades, os riscos, os obstáculos, as provocações nas condições ainda existentes em muitas regiões, com a firmeza e a determinação de conseguirmos os resultados a que nos propomos — porque desses resultados depende o futuro da democracia portuguesa — estamos plenamente convencidos, plenamente confiantes em que o nosso Partido levará à prática, com sucesso, as tarefas indicadas nesta Conferência Nacional, estamos plenamente confiantes em que o nosso Partido, o nosso Povo impedirão o regresso ao fascismo e assegurarão a construção de um regime democrático rumo ao socialismo, rumo à sociedade que foi o sonho milenário de todos os explorados, de todos os oprimidos — a construção de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

# DELEGADOS E CONVIDADOS FALAM AO «AVANTE»

São operários da indústria e do campo, pequenos e médios agricultores, empregados e intelectuais. Vieram do Norte e do Sul, das cidades e dos campos. São militantes e amigos do nosso Partido. Saíram da Conferência com uma confiança reforçada no PCP, no grande partido da esquerda

A realidade viva do nosso Partido como organismo profundamente enraizado nas massas populares a nível nacional não nos foi dada apenas através das intervenções de alguns dos mil delegados que à Conferência Nacional apresentaram um balanço de actividades e de perspectivas do grandioso trabalho de mobilização e organização do nosso povo para a batalha revolucionária de transformar profundamente a sociedade portuguesa. Em breves declarações ao "Avante!", operários e camponeses, que comparam a vibrante multidão de mil delegados e cinco mil convidados presentes à Conferência Nacional, falaram da importância desta reunião em vésperas de período eleitoral, das dificuldades que enfrentam, das esperanças hipotecadas num trabalho nem sempre fácil mas constantemente estimulado pela consciência de que pertencem ao grande partido da esquerda que é o PCP, vanguarda da classe operária, organização de cada vez mais amplas camadas de trabalhadores.

Sentados pelos bancos e no relvado do Parque Eduardo VII, na hora de almoço, abrindo faméis, camaradas vindos de longe, falaram ao "Avante!". Pela sua voz transmite-se o entusiasmo e a determinação com que em todas as zonas (inclusive nas zonas onde de modo algum estão asseguradas as liberdades democráticas e, portanto, a realização da propaganda eleitoral de esquerda), os comunistas encaram o próximo combate eleitoral: etapa não decisiva para a vitória final do processo revolucionário mas determinante, neste momento, para o seu avanço. Eis as palavras dos nossos camaradas.

**João Firmino, trabalhador da lota de Peniche:**

— A Conferência Nacional, além do mais, vai permitir um maior esclarecimento político dos militantes que em todo o país levam a orientação do Partido a grandes massas laboriosas, muitas pouco esclarecidas e ainda enganadas por uma reacção a que são dadas facilidades. Vai contribuir para a maturidade política de cada camarada e este ganho vai reflectir-se num melhor trabalho em cada zona.

**Abel Grilo, da célula do Sorefame:**

— A Conferência vale, sobretudo, pelo muito que aprendemos e vamos transmitir aos camaradas que aqui não podem estar. A grande lição é mais uma vez a da necessidade da unidade. Esta lição, em que se tem insistido no decorrer da Conferência, vai-nos ser muito útil a nível imediato visto que pensamos realizar uma Conferência de Trabalhadores no próximo dia 21. Na zona da Amadora, estamos cada vez mais conscientes de que se não nos unirmos nas fábricas, se não formarmos o Conselho de Trabalhadores como forma de

ligação dos trabalhadores das empresas, não deteremos a recuperação capitalista que, por exemplo, na Amadora, já obteve uma vitória com o regresso do patronato à Fretilan. A convicção e a confiança que se traduz nos trabalhos da Conferência e que vamos transmitir aos camaradas constitui um estímulo para nos esforçarmos ainda mais na luta pela unidade com outros trabalhadores progressistas. Acreditamos que na Sorefame teremos bons resultados dos quais beneficia todo o povo português, porque contribuem para a derrota das forças da reacção.

## LEVAR À PRÁTICA AS CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA

**Rui Amigo, da célula dos trabalhadores dos TLP:**

— O entusiasmo que aqui se vive, esteve presente na nossa célula desde o primeiro momento de preparação da Conferência. Discutimos a Plataforma, a ser aprovada na Conferência, a nível de Secretariado e de Plenário de Célula. Contribuímos para o melhoramento do texto da Plataforma, acentuando a necessidade de se vincar bem certos aspectos como sejam a defesa que o Partido faz da liberdade de religião e de culto, a atenção a dar aos camaradas mineiros e das pescas, a importância de uma transformação democrática do ensino, a necessidade de lutar contra a dupla discriminação da mulher e pela resolução dos problemas das creches, jardins de infância e do ensino pré-primário. O conhecimento mútuo entre a grande organização do Partido, que a Conferência permite, é útil para o trabalho de todas as células e para uma análise geral dos avanços e dificuldades a nível de zona. Neste aspecto, gostaria de salientar as intervenções dos camaradas de Beja e da camarada da Têxtil Manuel Gonçalves.

**Neto Parra, da Organização Sindical do nosso Partido a nível do distrito de Coimbra:**

— A Conferência é fundamental para o esclarecimento não só do povo português mas também para o esclarecimento dos camaradas que na campanha eleitoral irão levar às massas a orientação do Partido, o que ele é, o que pretende. Na anterior campanha eleitoral, não houve tempo para uma maior preparação dos quadros, para o delinear de directrizes mais rígidas relativamente ao trabalho de esclarecimento eleitoral. A Conferência é por isso fundamental, tão fundamental que

lamentamos o tempo que se perde com constantes intervenções de aplausos que reflectem um ardor compreensível mas que atrasam os trabalhos e rompem a sequência de intervenções, que têm sido muito importantes.

**Camarada Rodrigues, da**

**Comissão de Freguesia da Campanhã do nosso Partido:**

— A Conferência constitui uma realização fundamental relativamente ao trabalho que nos espera nas próximas eleições. Nós propusemos vários temas que gostaríamos de ver aqui debatidos. São temas relacionados com problemas das populações, arruamentos, transportes, condições sanitárias, etc. São problemas da freguesia da Campanhã mas também de muitas outras freguesias do país e, por isso mesmo, o Partido deve tratá-los numa campanha a nível de Lisboa.

**Eduardo Martins, da célula do Metropolitano de Lisboa:**

— A Conferência é extremamente útil num momento em que mais do que nunca sabemos que a Revolução estará perdida se as massas trabalhadoras não estiverem esclarecidas e não souberem agir correctamente face ao avanço da direita. O Partido mais uma vez aparece como a grande organização capaz de esclarecer os seus militantes numa base de compreensão e respeito mútuo por todos os progressistas, de modo a consolidar-se a unidade de todos os trabalhadores interessados no processo revolucionário. Só unidos venceremos.

**Júlio Branco Xavier, da célula da Rank Xerox:**

— Os trabalhos desta Conferência são de tal modo importantes que é de lamentar-se a imprensa, tendo em consideração outros interesses que não os de esclarecimento do povo português, não der a visão exacta desta realização e dos objectivos do nosso trabalho que serão expressos na Plataforma a aprovar. Admito que a nível orgânico e através da imprensa democrática, do que dela existe, se possa informar amplamente não só todos os camaradas mas todos os trabalhadores progressistas sobre a nossa Conferência Nacional, cujos resultados devem ser amplamente divulgados. Levar à prática o que ficar aqui definido é a mais importante tarefa que se coloca a um comunista neste momento. As eleições não são tudo no processo que estamos a viver mas são bastante importantes. Aqui se traçam as linhas para o trabalho a desenvolver na campanha eleitoral e a Plataforma deve ser encarada como guia exacta das grandes tarefas a nível imediato.

**Carlos Vale, da Comissão Concelhia de Castelo Branco:**

— Munidos da experiência enriquecida no decorrer da Conferência, vamos lançar-nos na preparação da campanha eleitoral. Na zona industrial da Covilhã, de Tortozendo, de Cebolais, e nas zonas onde já se deram passos no avanço da Reforma Agrária, nos concelhos de Castelo Branco, de Idanha e de Vinha-Velha, vamos perspectivas de um bom trabalho de alargar a influência do Partido.

**José Gandra, da Comissão Distrital de Viseu:**

— A realização desta Conferência Nacional do Partido é um acto político importante a nível nacional e que demonstra a capacidade de intervenção política do Partido, a sua real inserção nas classes trabalhadoras. Naturalmente que ao levarmos à prática as orientações que aqui serão traçadas relativamente ao trabalho da campanha eleitoral, teremos que adaptá-las às condições concretas de cada zona. Na nossa região, há zonas onde não será possível sequer fazer sessões de esclarecimento e onde teremos de conduzir uma agitação que denuncie este estado de coisas. Noutras, faremos uma campanha relativamente normal.

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.

Que os camaradas do norte não estão sós, dir-nos-iam, em comovidas palavras de apoio, camaradas de outras zonas, como o camarada metalúrgico Pinto, de Portimão, ele também consciente de que a unidade e o esclarecimento de amplas massas é uma condição essencial da vitória.

Da confiança na força impulsionadora do Partido em zonas adversas à democracia, falar-nos-ia o camarada Walter Santos Gonçalves, agricultor de Bragança. E da aproximação dos camaradas e dos homens progressistas das diferentes zonas do país, dir-nos-ia um camarada da Comissão Concelhia de Beja:

— A maior utilidade da Conferência é esta aproximação e conhecimento mútuo que está a proporcionar entre os camaradas das organizações do Partido. E não apenas dos camaradas, porque no critério de escolha dos amigos que, da nossa zona, se deslocaram até aqui, houve o cuidado de convidar não apenas militantes do Partido mas também simpatizantes e até pessoas progressistas que ainda não estão definidas politicamente e que nunca nos hostilizaram. Houve o cuidado de trazer elementos que necessitam bastante de ajuda política, e também de assegurar uma larga participação dos sectores profissionais, operários da construção civil e trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção. Todos quantos aqui vieram, partirão melhor aparelhados, mais unidos.

**Lino Silva, trabalhador da empresa Manuel Gonçalves, um dos dezassete afastados da empresa:**

— Com a realização desta Conferência vai reforçar-se ainda mais a unidade do próprio Partido. Os camaradas presentes estão a adquirir uma experiência que transmitirão nos locais de trabalho e na sua zona, uma experiência que os tornará mais capazes de esclarecer os outros trabalhadores e as massas populares, engrossando o caudal dos que lutam pelo socialismo. Relativamente à minha zona, Famalicão, e à minha empresa, onde as condições são muito difíceis, adquiriremos, sem dúvida, mais ânimo e coragem para prosseguir a luta.

**Silvestrina, da célula da empresa Manuel Gonçalves:**

— Para a minha zona, os resultados da Conferência vão ser valiosos porque tudo o que se decidiu e a acção que se seguirá vai contribuir para a reacção baixar a cabeça um pouco mais. Em Famalicão, e nomeadamente na empresa Manuel Gonçalves, a reacção tem tentado dominar as forças progressistas, principalmente o nosso Partido, o que não conseguirá. Na acção a desenvolver, com base nos resultados da Conferência, lutaremos contra o sectarismo pois ele constitui um grande perigo. Continuaremos também a lutar pelo reforço da unidade dos trabalhadores, constante objectivo do nosso Partido. Neste momento a reacção não ataca apenas os

comunistas mas também os socialistas e todos os trabalhadores que se mostram dispostos a defender as suas conquistas. Nós, no sector têxtil e na nossa zona, tudo faremos para reforçar a unidade entre as forças interessadas no processo revolucionário e numa sociedade mais justa.

**António Sousa Ribeiro, da Cooperativa Agrícola de Vale de Sousa e da Comissão Coordenadora do Movimento de Rendeiros do Norte:**

— A Conferência é muito importante porque vem criar mais condições para a campanha intensiva de esclarecimento que tem de ser feita no Norte. O Partido tem de destacar camaradas capazes e que conheçam a região para mobilizar os rendeiros. A camada dos rendeiros é das mais desfavorecidas, é a que mais sofre a exploração, os rendeiros são chamados pessoas de terceira classe. No norte, os rendeiros andam sempre aparelhados pelo senhorio que quer dominar e os envenena. Nós, os mais esclarecidos, temos feito um grande trabalho e como resultado alguns rendeiros têm-se afastado dos partidos reacçãoários que só querem o mal dos rendeiros e de todo o povo português. Temos sido atacados, perseguidos, temos passado momentos diabólicos. Estamos dispostos a continuar a luta mas precisamos de ser acompanhados.



## PRESEÇA DAS EDIÇÕES «AVANTE!»

Durante os trabalhos da Conferência Nacional do nosso Partido, as Edições "Avante!" assinalaram a sua presença com uma banca de venda das últimas publicações, incluindo a revista comemorativa do 45.º Aniversário do "Avante!"

A Editorial "Avante!", órgão das publicações comunistas, esteve presente na Conferência Nacional do nosso Partido. Expressão da capacidade organizadora dos comunistas, as edições do PCP responderam uma vez mais às tarefas que lhe cabem na luta política e no combate ideológico.

Das iniciativas que a Editorial "Avante!" promoveu no Pavilhão dos Desportos é de salientar a venda em condições especiais a todos os delegados presentes na Conferência das obras escolhidas de Lênine, Marx e Engels, do livro "Discursos Políticos", do camarada Álvaro Cunhal e da medalha PCP.

Grças à dedicação dos militantes, a presença das publicações comunistas constituiu uma grandiosa jornada de divulgação dos ideais que nos animam e dos esforços que desenvolvemos em defesa do processo democrático, além de levar aos trabalhadores portugueses os ensinamentos do marxismo-leninismo e o conhecimento das sociedades democráticas e socialistas.

A nossa revista, que surge na sequência da campanha de fundos em curso, comemorativa do 55.º

Aniversário do Partido, foi uma das publicações mais solicitadas na banca e vendida por muitas camaradas que percorriam incessantemente o Pavilhão dos Desportos.

### INTENSIFICAR A CAMPANHA DE FUNDOS

Os milhares de militantes que iam entrando no Pavilhão apanhavam-se a comprar a nossa revista. Seguia-se uma leitura rápida... Era bem visível a satisfação de desfolhar um trabalho que fornece uma breve mas significativa imagem do nosso Partido, da nossa luta na Revolução.

A literatura política e de combate estava também amplamente representada na banca das Edições "Avante!". Destacava-se o último volume de discursos do camarada Álvaro Cunhal, que integra a intervenção na reunião do Comité Central de 10 de Agosto de 1975, que pela primeira vez se publica.

Além deste livro, muito procurado, outras obras, como por

exemplo: "Socialistas e Comunistas", "É Possível a Cooperação?", o "Curso Básico do Comunismo Científico", "Socialismo: Democracia e Liberdade", onde se analisam as vantagens da democracia socialista, os volumes da "Pequena Biblioteca Lênine" (uma colectânea de textos sobre o desenvolvimento do marxismo), "Documentos Políticos do Comité Central", "A vitalidade do Marxismo-Leninismo" e muitos outros disputaram o interesse dos camaradas que procuraram a banca da editorial "Avante!".

Os "Desenhos da Prisão", obra que já se tinha esgotado em anterior edição, apareceu em primeiro plano nas bancas de Editorial.

Mais uma jornada de intenso trabalho partidário, mais uma demonstração de força e unidade. A campanha de fundos que os quadros vêm desenvolvendo do Norte a Sul do país, encontrou na participação da Editorial "Avante!" mais uma ajuda, mais um impulso. Mas é preciso reforçar ainda mais o apoio financeiro do grande Partido da esquerda ao Partido do futuro, da construção da democracia e do socialismo.

